

Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho

Ano
2021



Introdução

O presente Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, elaborado em conformidade com o art. 16 do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 24/2014, foi construído com base nas informações fornecidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho quanto às principais iniciativas realizadas em cada um dos seis eixos da Política de Responsabilidade Socioambiental:

I – Direitos Humanos;

II – Práticas Internas de Trabalho;

III – Meio Ambiente;

IV – Práticas Leais de Operação;

V – Questões Relativas ao Usuário;

VI – Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade.

Nesta quinta edição do Relatório, apresentamos alguns dados relevantes relativos à pauta da Sustentabilidade.

Na Justiça do Trabalho, a Resolução CSJT nº 290¹, de 20/05/2021 trouxe a nova configuração da estratégia, definindo as prioridades de gestão para o sexênio 2021-2026, com foco na celeridade processual, no aumento das soluções por conciliação e na aderência à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, entre outros destaques. Assim, em 2021, teve início o ciclo de planejamento estratégico para o sexênio 2021-2026, com a publicação do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho² e do Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho³.

Em 2021, o Guia Prático de Contratações Sustentáveis foi elaborado pelo Fórum de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, publicado por meio da Resolução CSJT n.º 310⁴, de 24 de setembro de 2021, e apresentado no 6º Encontro de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, em novembro de 2021. O novo Guia é mais completo e atualizado, trazendo o histórico, o conceito e os benefícios das Compras Públicas Sustentáveis (CPS) e abordando a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como o poder de compra do Estado. O Guia traz, ainda, a fundamentação legal e as diretrizes para as Compras Públicas Sustentáveis, abarcando mecanismos de governança e procedimentos para as contratações.

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) pressupõem a adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços, e nas obras e serviços de engenharia, em consonância com o conceito de desenvolvimento

¹ <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/186814>

² <https://bit.ly/3KI62kt>

³ <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/192154>

⁴ <https://hdl.handle.net/20.500.12178/192701>

sustentável. Tem a intenção de promover a harmonização dos objetivos socioeconômicos e ambientais, minimizando os impactos ao meio ambiente, à saúde e aos direitos humanos. As CPS propõem uma mudança de paradigma nos padrões de consumo dos governos, propiciando o uso racional dos recursos naturais e orçamentários. Além das dimensões ambiental e econômica, também abarcam questões sociais como o combate ao trabalho forçado e a inclusão de raça, gênero, diversidade e de pessoas com deficiência.

Em âmbito nacional, a Justiça do Trabalho foi reconhecida como o ramo do Judiciário com maior percentual de pessoas negras e negras na magistratura, além de ter sido considerada “muito confiável” por 79% dos participantes da Pesquisa de Metas Nacionais 2022 - Processos Participativos⁵. O alto grau de confiabilidade retrata a importância da Justiça do Trabalho como ramo essencial para a solução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e emprego.

Ademais, foi acolhida a proposta de instituição de Política Judiciária Nacional⁶ para inclusão da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho e outras medidas nas áreas de governança.

Em 2021, o Programa Trabalho Seguro lançou, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), o livro “Grandes acidentes do trabalho no Brasil: repercussões jurídicas e abordagem multidisciplinar”, com artigos de especialistas sobre casos emblemáticos envolvendo trabalhadores brasileiros, como os rompimentos das barragens em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, e o caso Shell-Basf, em Paulínia (SP), temas afetos a pauta da Sustentabilidade. E, em outubro, foi realizada a sexta edição do Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro, com o tema “Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais” e contou com conferências e painéis com especialistas renomados. Em novembro, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho promoveu o seminário “Sociedade globalizada, mundo do trabalho, crianças e adolescentes: que futuro queremos?”, que debateu a aprendizagem, os efeitos da pandemia e as novas perspectivas no combate ao trabalho infantil. O evento teve foco no debate sobre a inclusão, a fraternidade e a diversidade. Também foram temas do evento a inclusão digital, o racismo e o protagonismo jovem.

Em 16/06/2021, o CNJ publicou a Resolução CNJ n.º 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. O Balanço Socioambiental do Poder Judiciário passou a ser denominado Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e será elaborado e publicado, anualmente, pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.

⁵ <https://bit.ly/3fYKbXI>

⁶ Resolução CNJ n.º 401/2021

Sumário

D ados Gerais.....	3
D ireitos Humanos.....	12
Equidade.....	13
Acessibilidade.....	14
Trabalho Digno.....	15
P ráticas Internas de Trabalho.....	16
Saúde Ocupacional.....	17
Desenvolvimento de Pessoas.....	18
Qualidade de Vida no Trabalho.....	19
M eio Ambiente.....	20
Recursos Naturais.....	21
Contratações Sustentáveis.....	24
Gestão de Resíduos Sólidos.....	24
Deslocamento.....	26
P ráticas Leais de Operação.....	27
Q uestões Relativas ao Usuário.....	30
E nvolvimento e Desenvolvimento da Comunidade...	33
A nexo I.....	35

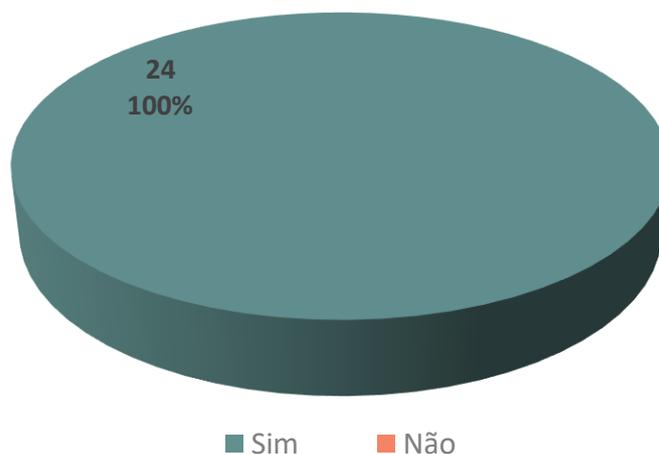
A nexoII.....	40
----------------------	----

Dados Gerais

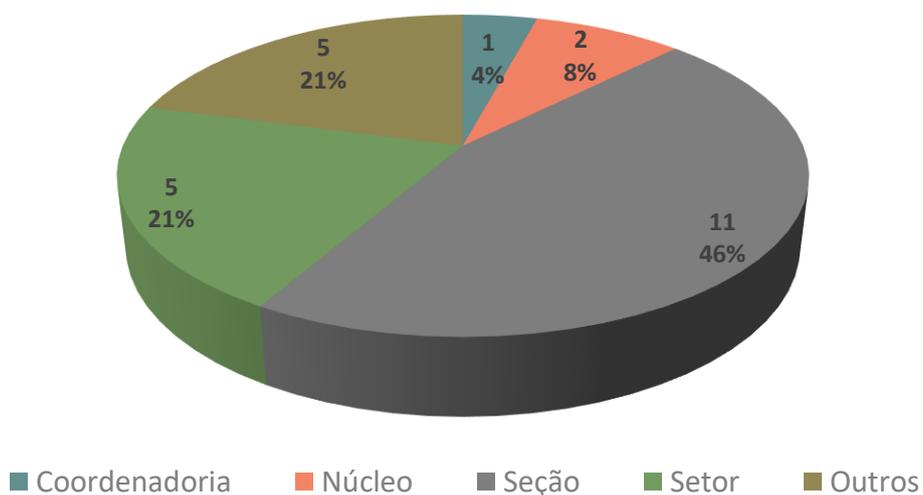
Esse item contém informações sobre a estrutura e as competências das áreas de gestão socioambiental da Justiça do Trabalho, bem como uma avaliação da implementação dos planos de logística sustentável e das políticas de responsabilidade socioambiental.

Os gráficos abaixo apontam que 24 TRTs possuem unidade exclusivamente dedicada à gestão socioambiental. Dessas unidades, a maior parte está classificada como Sessões (46%), Setores (21%) ou outras unidades (21%).

Quantidade de TRTs com unidade exclusivamente dedicada à gestão socioambiental (2021)

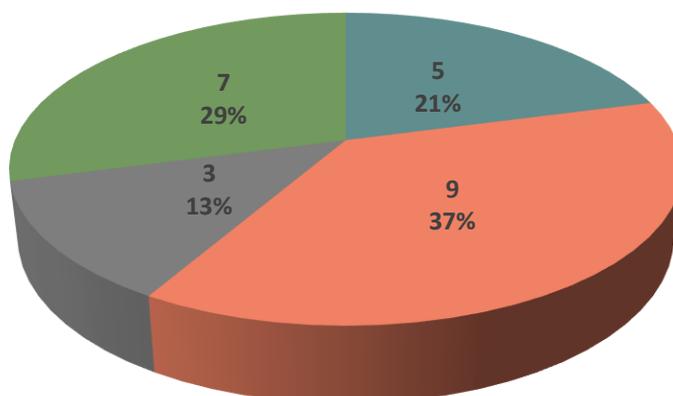


Quantidade de TRTs por tipo da unidade socioambiental (2021)



Quanto à vinculação das unidades de sustentabilidade, 37% indicaram estarem vinculadas à Gestão Estratégica, 29% à Presidência/Secretaria-Geral da Presidência e 21% à Diretoria-Geral.

Quantidade de TRTs por área a que a unidade socioambiental está vinculada na estrutura organizacional (2021)



■ Diretoria-Geral ■ Gestão Estratégica ■ Outros ■ Presidência ou Secretaria-Geral da Presidência

No que diz respeito ao quadro funcional, observa-se que 4 TRTs não possuem servidor atuando exclusivamente na gestão socioambiental, enquanto em 9 outros Tribunais há apenas um servidor nessa condição.

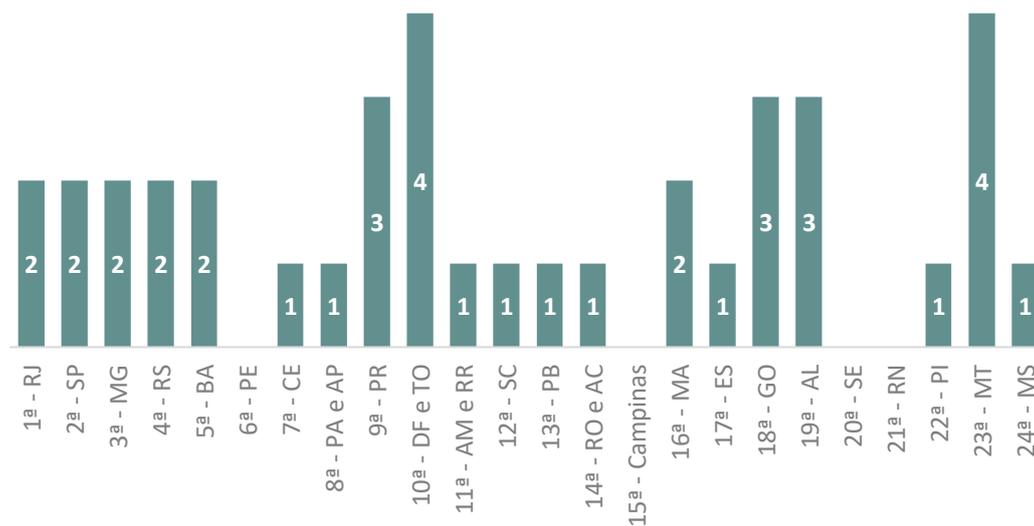
Em média, há 3 servidores por Tribunal que atuam na área de Gestão Socioambiental, mas não exclusivamente. Considerando-se apenas aqueles que atuam exclusivamente no tema, a média é de que não há nem 2 servidores por unidade.

Entre 2017 e 2021, o número total de servidores atuando nas áreas socioambientais passou de 84 para 57, o que corresponde a uma redução de 32% no número de servidores.

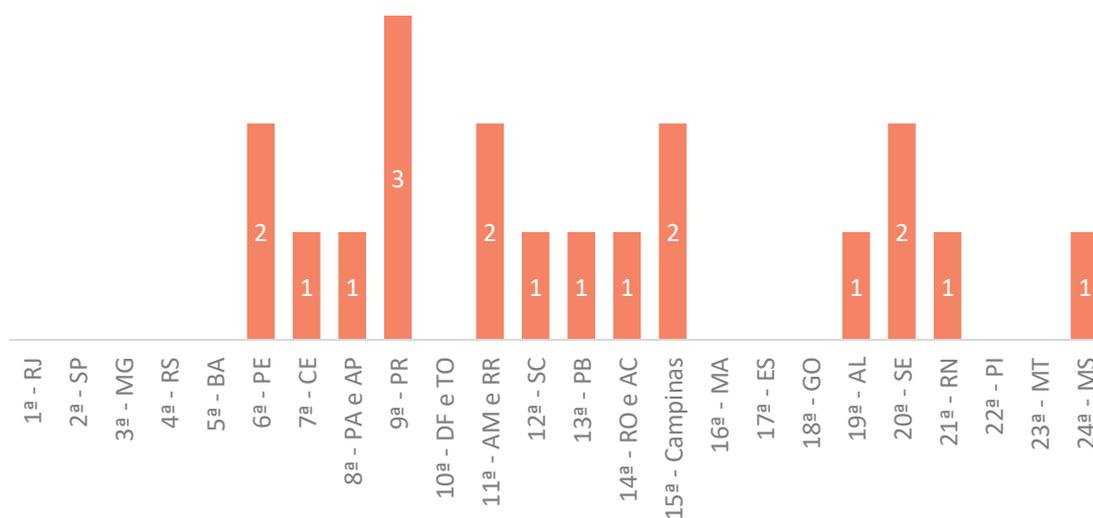
Segundo o previsto no art. 15 da Resolução CNJ n.º 400/2021, é recomendável que a Unidade da Sustentabilidade, preferencialmente, subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário, observe a lotação mínima de 3 (três) servidores(as), nos Tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal; ou de 2 (dois) servidores(as), nos Tribunais cuja quantidade de servidores seja inferior a 5.000 servidores.

A observância desta diretriz visa permitir que, nas áreas socioambientais, sejam realizadas atividades mais gerenciais e de planejamento, além das ações operacionais.

Quantidade de servidores que atuam exclusivamente na área de Gestão Socioambiental (2021)

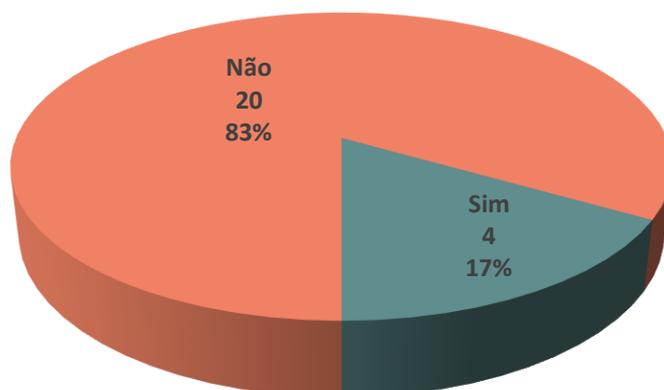


Quantidade de servidores que acumulam outras atribuições na área de Gestão Socioambiental (2021)



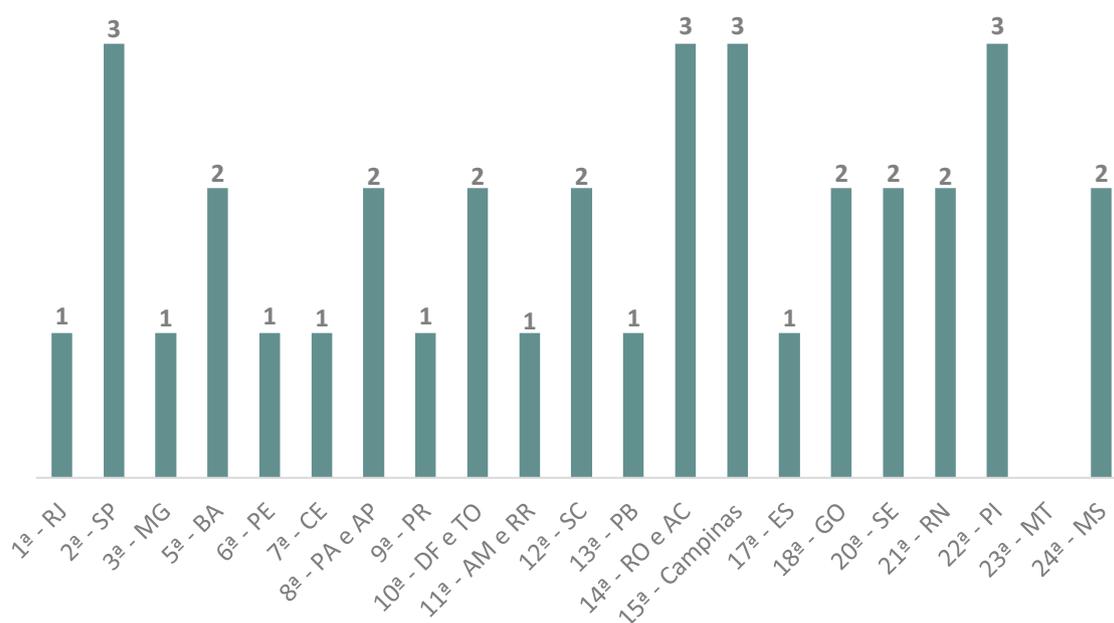
O gráfico abaixo indica que 83% dos TRTs consideram que o número de servidores dedicados ao tema socioambiental não é suficiente para atender de forma efetiva todas as necessidades do Tribunal Regional para a matéria. Assim, apenas 17% dos TRTs consideram que o número de servidores é suficiente.

Quantidade de TRTs com número de servidores suficiente para atender as necessidades da área Socioambiental (2021)



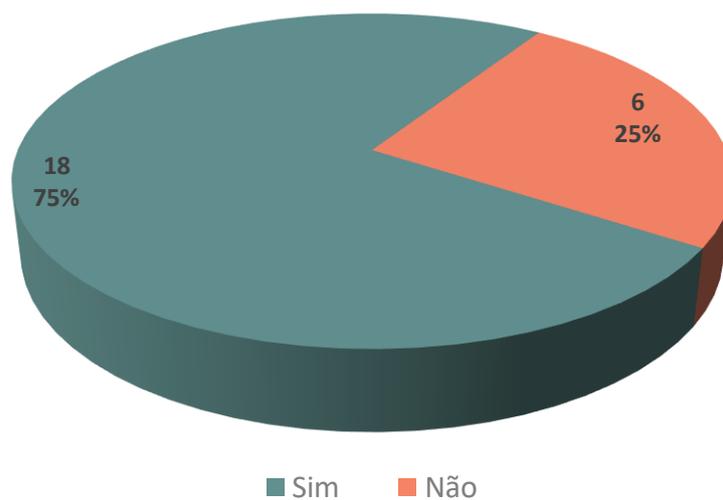
Aqueles Tribunais que consideraram o número de servidores insuficiente apontaram uma estimativa do número adicional de servidores necessários. O gráfico abaixo revela que, dos 20 TRTs que consideraram o número de servidores que atuam na área socioambiental insuficientes, 16 apontam para uma estimativa mínima de pelo menos 1 ou 2 servidores e 4 indicam serem necessários pelo menos 3 servidores nas áreas socioambientais.

Percepção do número adicional de servidores necessários para a área socioambiental (2021)



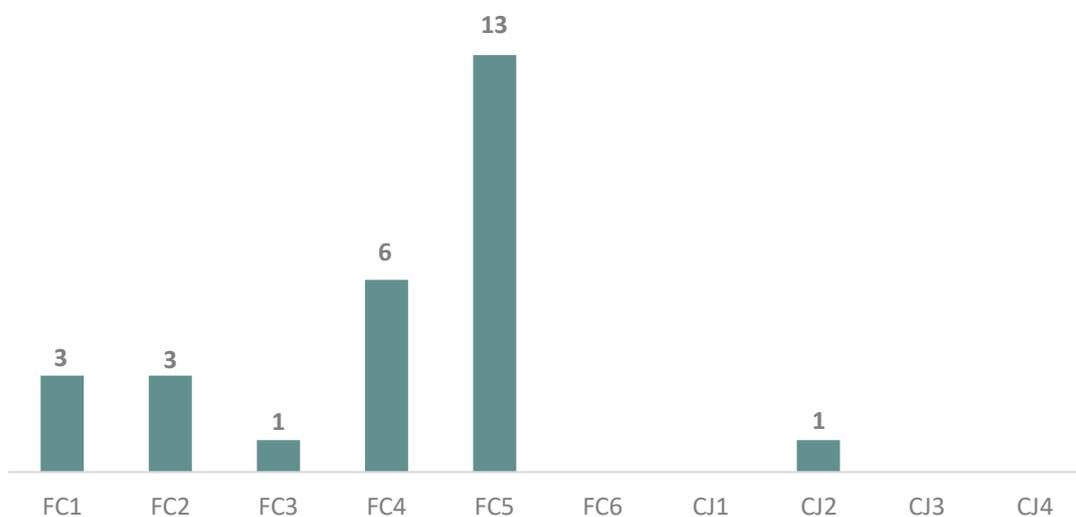
O gráfico abaixo demonstra que, em 2021, 18 Tribunais, ou seja, 75% possuem cargos em comissão ou funções a servidores que atuam exclusivamente no tema socioambiental.

Quantidade de TRTs com cargos em comissão e/ou funções destinadas aos servidores que atuam exclusivamente na área socioambiental (2021)



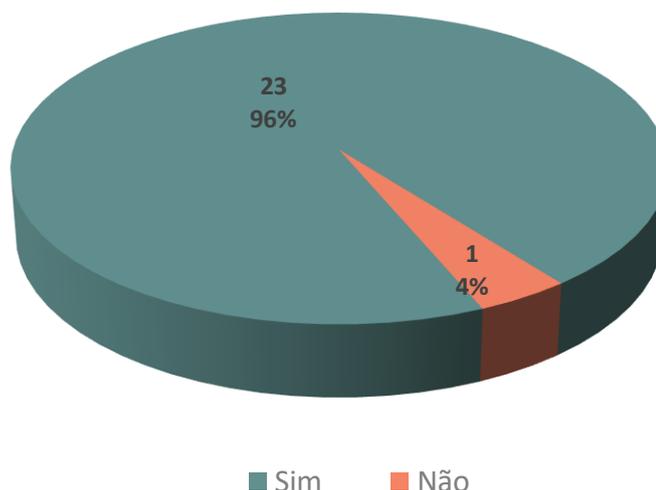
Em relação às funções comissionadas para servidores que atuam na pasta socioambiental, conforme gráfico abaixo, verifica-se que, dentre os TRTs, existem 13 FC-5, 6 FC4, 1 FC3, 3 FC2 e 3 FC1, existindo apenas uma CJ2 dedicada à área.

Quantidade de cargos em comissão e/ou funções destinadas aos servidores que atuam exclusivamente na área socioambiental (2021)



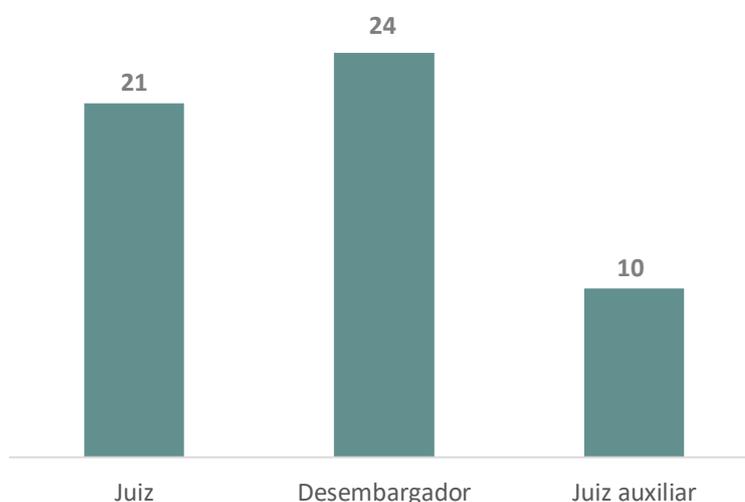
Conforme evidenciado abaixo, 96% dos TRTs, isto é, quase a totalidade, 23 Cortes Regionais têm magistrados envolvidos formalmente nas atividades socioambientais.

Quantidade de TRTs com magistrados envolvidos nas atribuições da Política de Responsabilidade Socioambiental (2021)



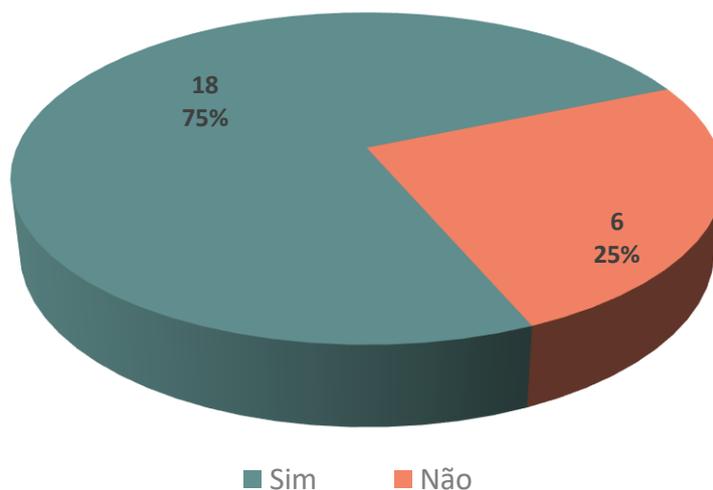
Nesses Regionais, há 21 juízes, 24 desembargadores e 10 juízes auxiliares que atuam no tema, totalizando 55 magistrados. Considerando que a Governança de Sustentabilidade, desdobramento da Governança Institucional, envolve os mecanismos de liderança, estratégia e controle que possibilitam o direcionamento, o monitoramento e a avaliação da atuação da gestão, a inclusão do magistrado para a tomada de decisão quanto aos aspectos ambiental, econômico e social, segue um parâmetro elegido pelo CSJT/TST, conforme observado nas diretrizes do Ato /TST.DIS.SEGGE.GP n.º 406/2022.

Quantidade de magistrados envolvidos nas atribuições da Política de Responsabilidade Socioambiental (2021)



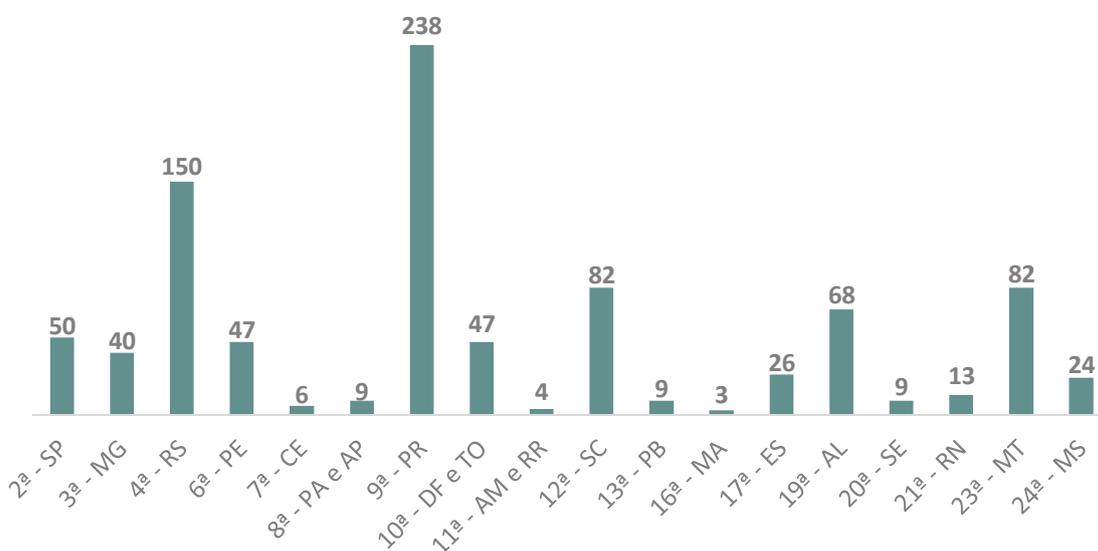
No tocante aos demais responsáveis pelo tema, em 75% dos Tribunais, há colaboradores ou multiplicadores socioambientais formalmente designados, visando disseminar e acompanhar as práticas de sustentabilidade implementadas nas diversas unidades da instituição. De acordo com a pesquisa, a metodologia mais utilizada para definir esses agentes é a indicação de pelo menos uma pessoa por unidade.

Quantidade de TRTs com colaboradores/multiplicadores formalmente designados entre as demais unidades do TRT para atuar nas atividades relacionadas à PNRS (2021)



Em termos numéricos, o quadro abaixo indica o número de colaboradores e multiplicadores da área socioambiental existentes em cada TRT.

Quantidade de colaboradores/multiplicadores formalmente designados entre as demais unidades do TRT para atuar nas atividades relacionadas à PNRS (2021)



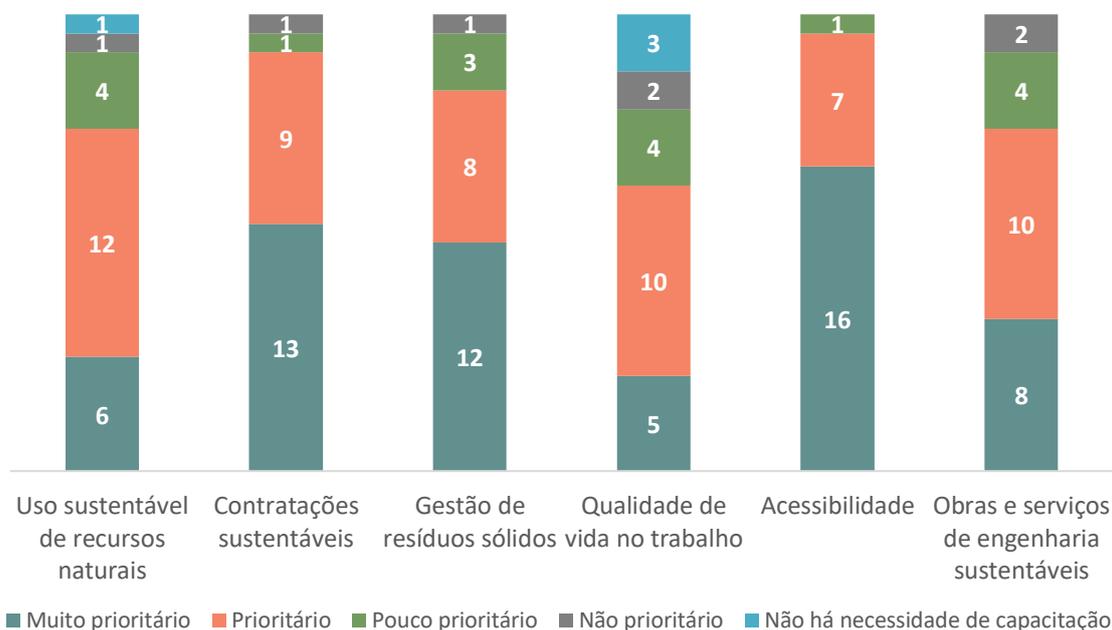
Em relação às atribuições das equipes socioambientais, a pesquisa revelou que as áreas lidam com os seguintes temas: meio ambiente, acompanhamento do PLS, acompanhamento da gestão de resíduos, ações voltadas à comunidade, acessibilidade e programa Trabalho seguro.

Quantidade de TRTs que consideram o tema abaixo como atribuição da equipe responsável pela gestão socioambiental (2021)



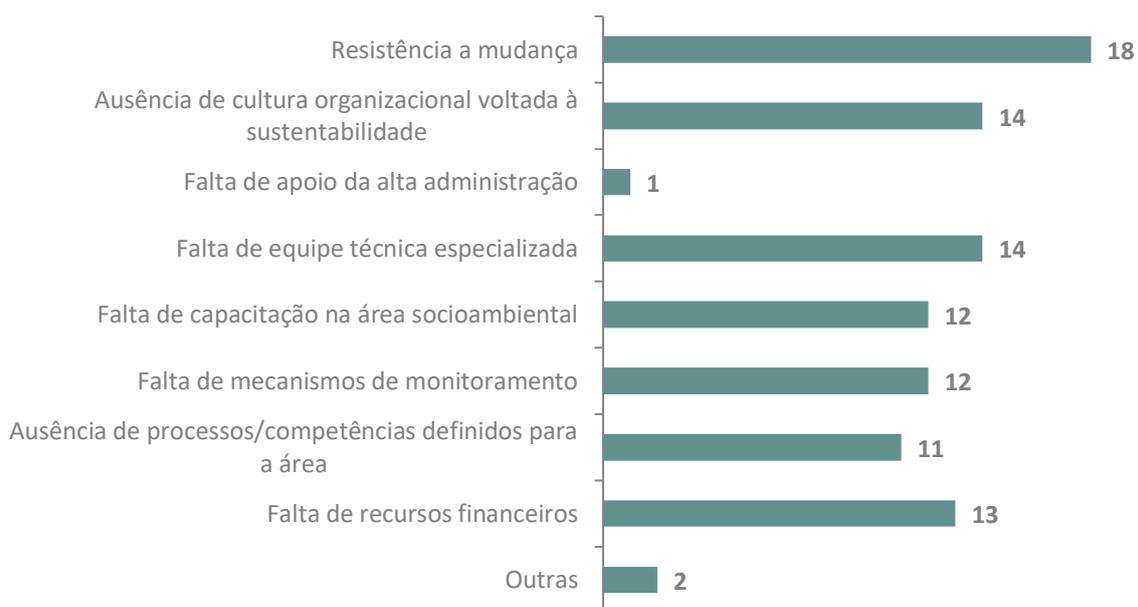
No que diz respeito às necessidades de capacitação, a acessibilidade, as contratações sustentáveis e a gestão de resíduos sólidos foram os temas considerados como mais prioritários e/ou muito prioritários, conforme se infere do gráfico abaixo:

Quantidade de TRTs por prioridade de realização de capacitação em cada tema (2021)



As maiores dificuldades enfrentadas pela área socioambiental, segundo a pesquisa, são a resistência à mudança, a ausência de cultura organizacional voltada à sustentabilidade e a falta de equipe técnica especializada.

Principais dificuldades enfrentadas pela área socioambiental na visão dos gestores pesquisados (2021)

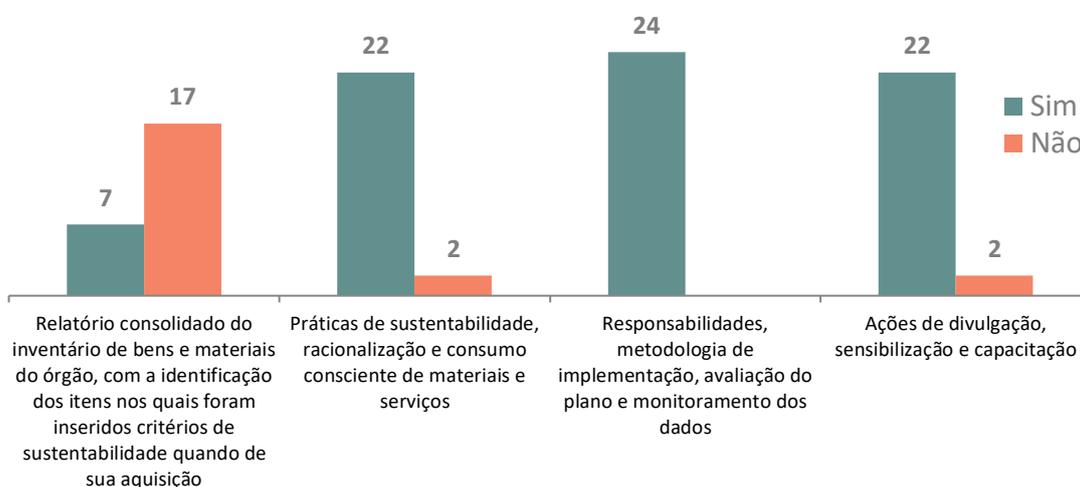


Em relação ao Plano de Logística Sustentável, tem-se que a maior parte dos TRTs contemplou os itens previstos na Resolução CNJ Nº 201/2015. Alguns já alinharam o acompanhamento à Resolução n.º 400 do CNJ, mas, no geral, ainda se utilizou a Resolução n.º 201/2015 como parâmetro, tendo em vista que a Resolução CNJ n.º 400/2021 só ter sido publicada em 16/06/2021.

O relatório consolidado do inventário de bens e materiais foi o item menos contemplado pelos regionais em seus PLS.

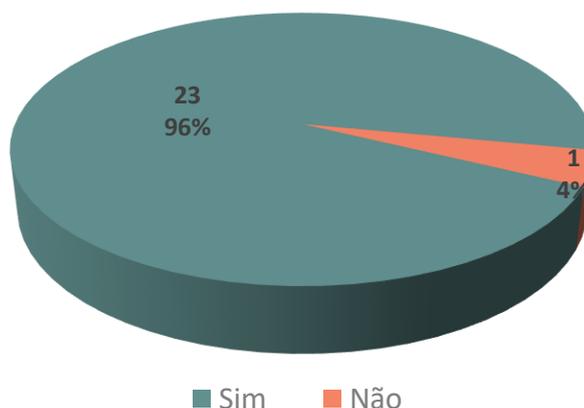
Atualmente, os TRTs informam seus dados do Plano de Logística Sustentável ao CNJ que, por sua vez, compila os dados no PLS Jud, conforme orientação da Resolução CNJ n.º 400/2021 (art. 3º, XII).

Quantidade de TRTs que contemplam os itens previstos na Resolução CNJ Nº 201/2015 em seus PLS (2021)



A pesquisa demonstra, ainda, que 23 Tribunais desmembraram seus PLS em planos de ação, conforme previsto na Resolução CNJ Nº 201/2015.

Quantidade de TRTs com PLS desmembrado em planos de ação (2021)



Direitos Humanos



O eixo de Direitos Humanos envolve iniciativas voltadas à promoção do respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação e o preconceito. Contempla, também, ações que visam garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como iniciativas que contribuam para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado ou compulsório.

Foram realizadas diversas ações no eixo de Direitos Humanos em toda a Justiça do Trabalho no ano de 2021. A seguir estão descritas as principais iniciativas desenvolvidas pelos Tribunais nos temas Equidade, Acessibilidade e Trabalho Digno.

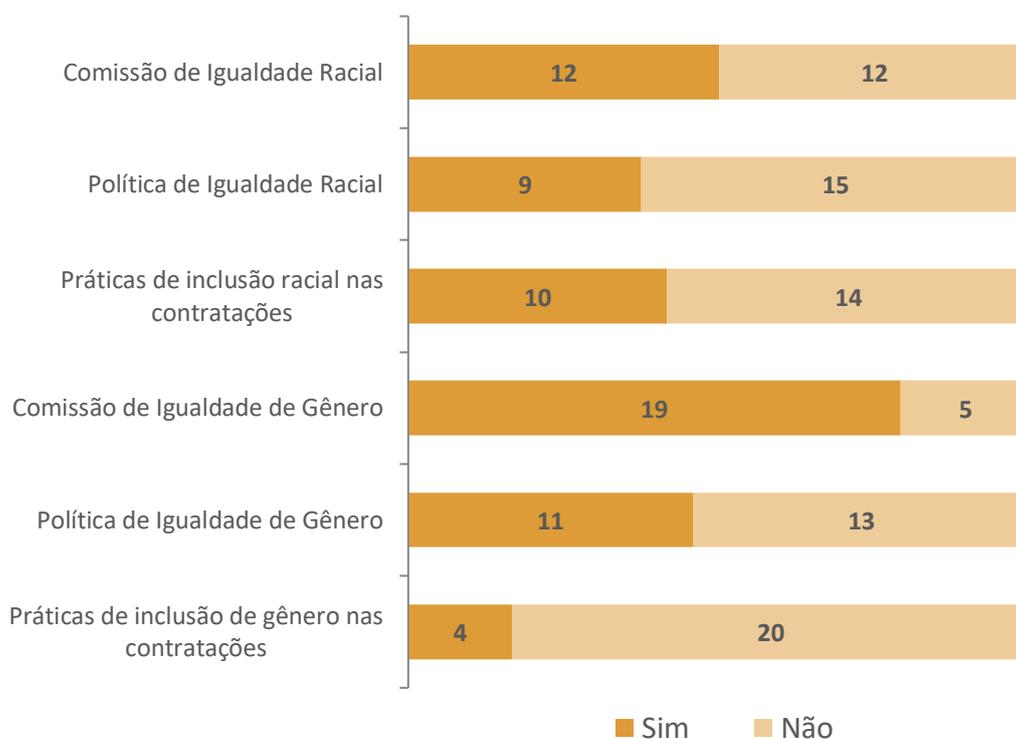
Equidade

Metade dos Tribunais Regionais do Trabalho, isto é, 12 dos 24, informaram possuir comissão de igualdade racial. 10 indicaram realizar práticas de inclusão racial nas contratações e 9 afirmaram possuir Política de Igualdade Racial.

Em relação às questões de gênero, 4 Tribunais afirmaram possuir práticas de inclusão nas contratações.

No tocante à Política de igualdade de gênero, 11 indicaram possuir; e 19 TRTs informaram ter comissão para tratar do tema.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Equidade”:

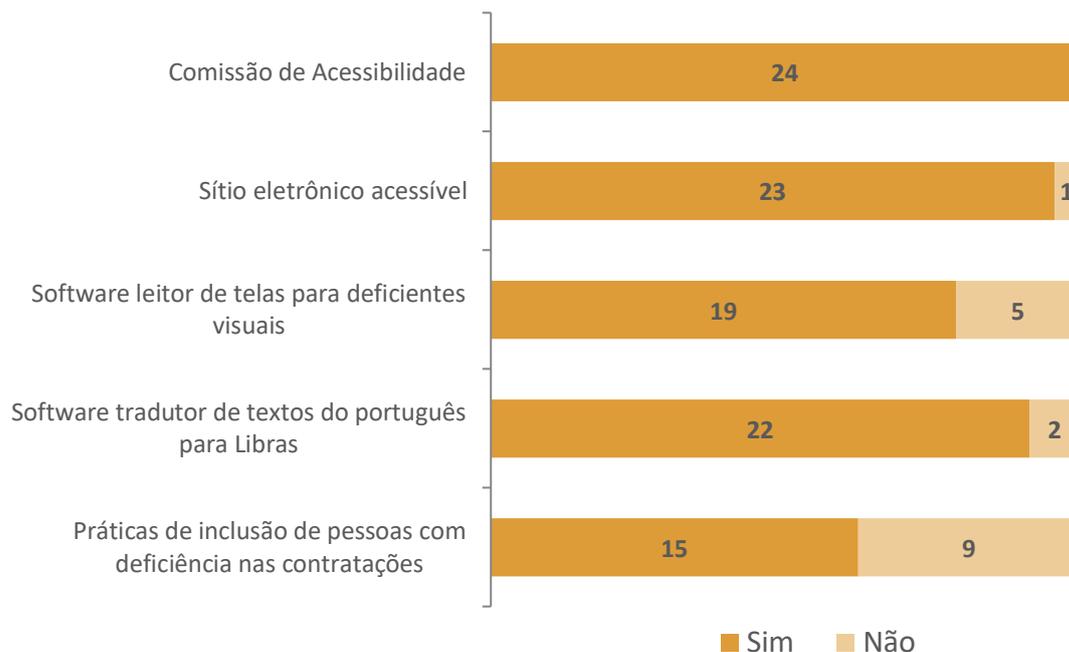
Quantidade capacitações, campanhas e eventos no tema Equidade (2021)



Acessibilidade

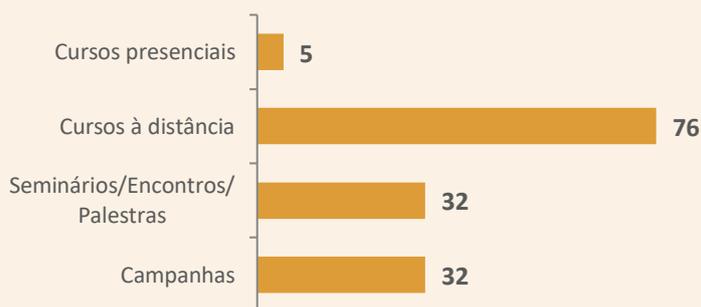
Todos os TRTs possuem Comissão de Acessibilidade, conforme retratado no gráfico abaixo. Quase a totalidade dos Tribunais possui sítios eletrônicos acessíveis e detêm softwares que visam à inclusão de deficientes visuais e auditivos e tradução do português para libras. A pesquisa evidencia, ainda, que 15 Tribunais (62,5%) realizam práticas de inclusão de pessoas com deficiência nas contratações⁷.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



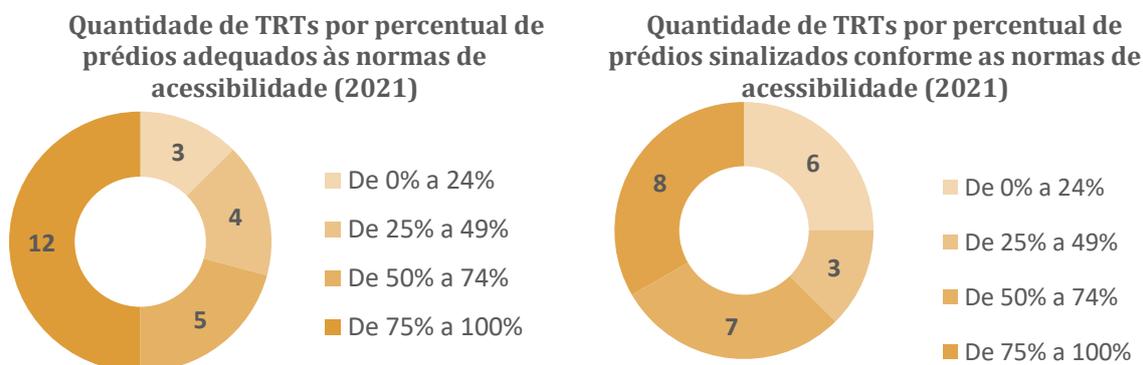
O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Acessibilidade”:

Quantidade de capacitações, campanhas e eventos no tema Acessibilidade (2021)



⁷ A partir da Lei nº 13.146/2015, que alterou a Lei nº 8.666/93, é facultado à Administração, nos processos de licitação, estabelecer margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Ainda segundo a Lei nº 8.666/93, é dispensável licitação na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

O gráfico abaixo (à esquerda) evidencia que 12 TRTs possuem de 75% a 100% de seus prédios adequados às normas de acessibilidade, enquanto 5 TRTs encontram-se na faixa de 50% a 74%. Os demais TRTs possuem menos da metade de suas edificações acessíveis.

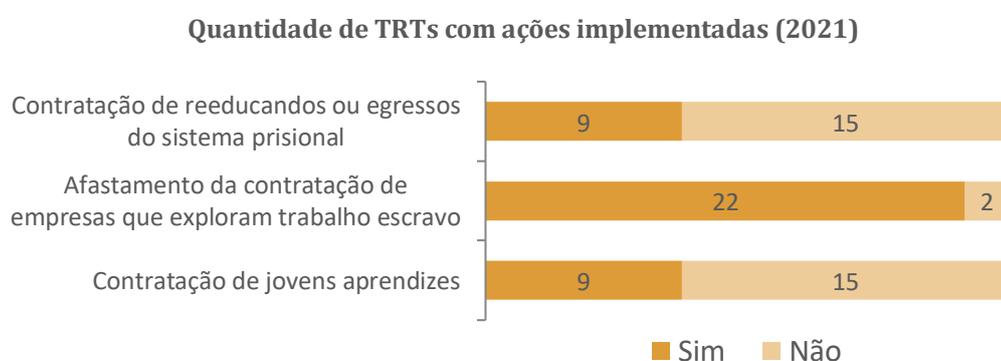


Já em relação à sinalização, temos que apenas 8 TRTs possuem de 75% a 100% de seus prédios sinalizados conforme as normas de acessibilidade, enquanto 7 TRTs encontram-se na faixa de 50% a 74%. Os demais TRTs possuem menos da metade de suas edificações sinalizadas de forma acessível.

Trabalho Digno

No tema trabalho Digno, nota-se que em 2021 foram realizadas muitas capacitações, campanhas e eventos em toda a Justiça do Trabalho, especialmente no que diz respeito ao combate ao trabalho infantil (vide Anexo II). Observa-se também que muitos TRTs vêm desenvolvendo ações concretas referentes ao tema.

O total de 22 TRTs promove o afastamento da contratação de empresas que exploram trabalho escravo, enquanto que 9 Tribunais, por sua vez, promoveram a contratação de reeducandos e egressos do sistema prisional, bem como de jovens aprendizes.

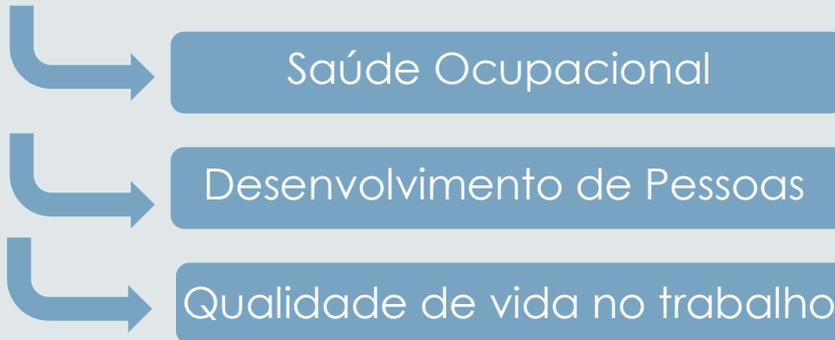


O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Trabalho Digno”:

**Quantidade de
capacitações,
campanhas e eventos
no tema Trabalho
Digno (2021)**



Práticas Internas de Trabalho



Este eixo envolve iniciativas de qualidade de vida no trabalho voltadas à promoção da saúde ocupacional e prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho, bem como ações que visam valorizar o corpo funcional, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e de suas competências. Inclui também iniciativas que buscam coibir o assédio moral e sexual e proporcionar equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Foram realizadas diversas ações no eixo Práticas Internas de Trabalho em toda a Justiça do Trabalho no ano de 2021. A seguir, as principais iniciativas desenvolvidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho nos temas Saúde Ocupacional, Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho.

Saúde ocupacional

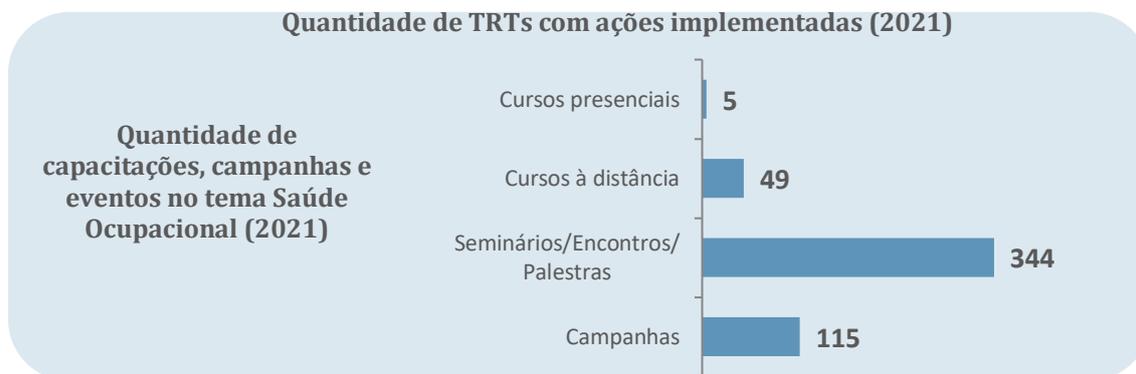
As ações voltadas à saúde ocupacional visam à prevenção de doenças e demais problemas laborais que possam se originar no ambiente de trabalho. O objetivo é propiciar qualidade de vida, promovendo o bem-estar físico, mental e social dos servidores no exercício de suas funções.

A Justiça do Trabalho demonstra possuir uma boa atuação no tema, conforme expresso no gráfico abaixo, que indica que 100% dos Tribunais Regionais realizam programas voltados à saúde mental e combate ao estresse e programas de prevenção e acompanhamento de doenças. Mais de 80% dos TRTs realizam exames periódicos, campanhas de vacinação, bem como avaliação e orientação ergonômica nos postos de trabalho.

Observa-se que 11 Tribunais fornecem ginástica laboral e 7 oferecem programas de emagrecimento saudável.



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema Saúde Ocupacional. Destaque para o número de Seminários, Encontros e Palestras: 344 eventos realizados.

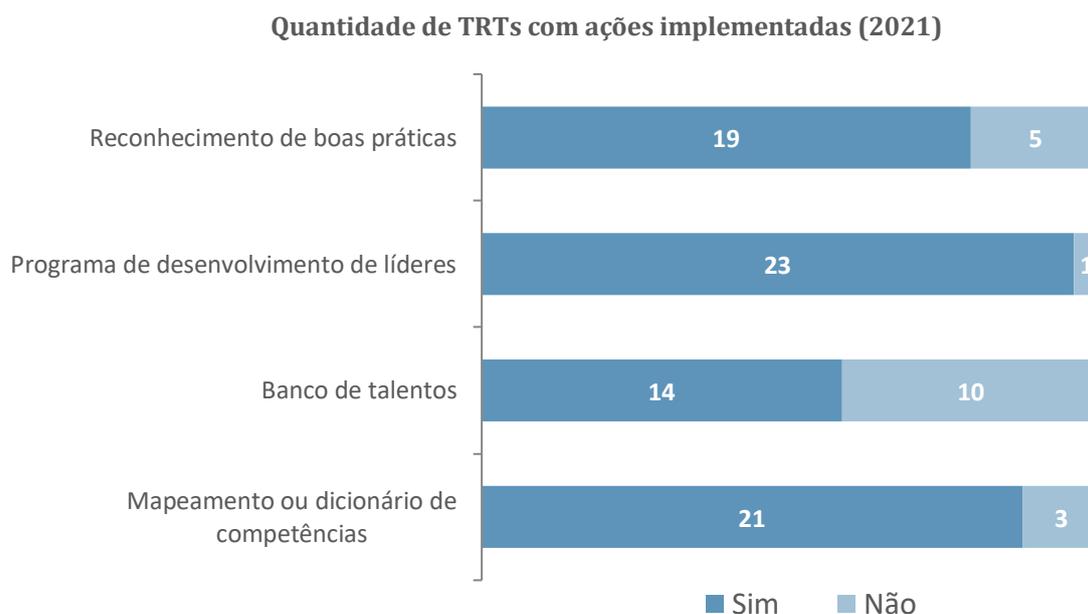


Desenvolvimento de Pessoas

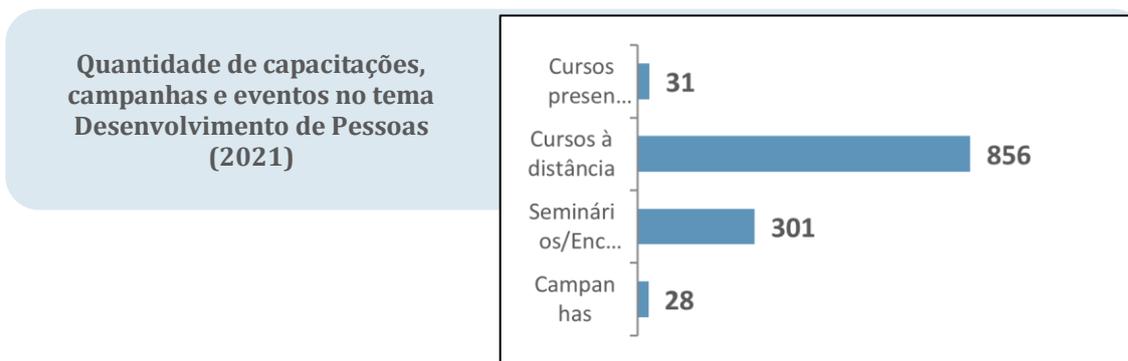
O desenvolvimento de pessoas visa aperfeiçoar as capacidades e motivações dos servidores, a fim de alcançar um melhor desempenho individual e de equipe, trazendo melhores resultados para a organização como um todo.

No tema desenvolvimento de pessoas, a Justiça do Trabalho desenvolveu ações como programa de reconhecimento e incentivo à inovação e seleção de boas práticas. (Anexo II).

O gráfico abaixo aponta que 23 Tribunais do Trabalho possuem programa de desenvolvimento de líderes; 21 TRTs possuem mapeamento ou dicionário de competências; 19 realizam o reconhecimento de boas práticas (premiação e/ou divulgação de boas práticas realizadas pelas unidades, por meio de premiações, selos, diplomas, medalhas ou concursos) e 14 possuem banco de talentos.



Destaque especial para a realização de 856 cursos à distância realizados no tema Desenvolvimento de Pessoas em 2021, conforme se infere do gráfico abaixo:



Qualidade de vida no trabalho

Na Justiça do Trabalho, todos os Tribunais utilizam a modalidade de teletrabalho, sendo que 22 dos TRTs promovem ações de prevenção e combate ao assédio moral e programa de preparação para a aposentadoria.

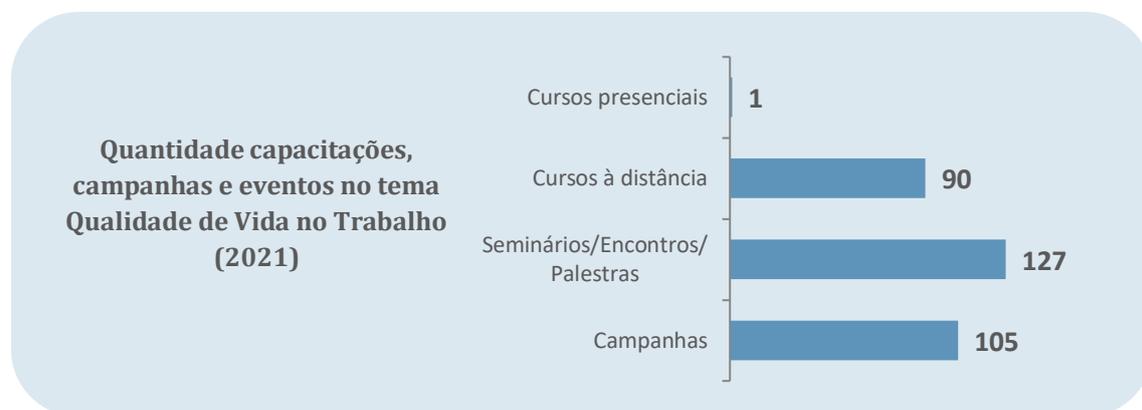
Em 19 TRTs, existe a promoção de atividades culturais, como projetos teatrais, coral de vozes, incentivo à leitura, concursos culturais, sarais, sessões de cinema, dentre outras. Nota-se também que 20 Cortes realizam pesquisa de clima organizacional.

As práticas de gestão de conflitos são realizadas por 18 Tribunais, enquanto espaços de relaxamento e/ou meditação existem em apenas 13 e iniciativas de assistência à maternidade em 14 Regionais.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Qualidade de Vida no Trabalho”:



Meio Ambiente



O eixo de meio ambiente envolve ações voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais, contratações sustentáveis, construções e reformas que atendem a critérios de sustentabilidade, gestão de resíduos sólidos, práticas de incentivo ao transporte compartilhado, não motorizado ou não poluente, dentre outras.

Foram destacadas diversas ações na área de meio ambiente realizadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em 2021. A seguir estão descritas as principais iniciativas desenvolvidas nos temas Recursos Naturais, Contratações Sustentáveis, Gestão de Resíduos Sólidos e Deslocamento.

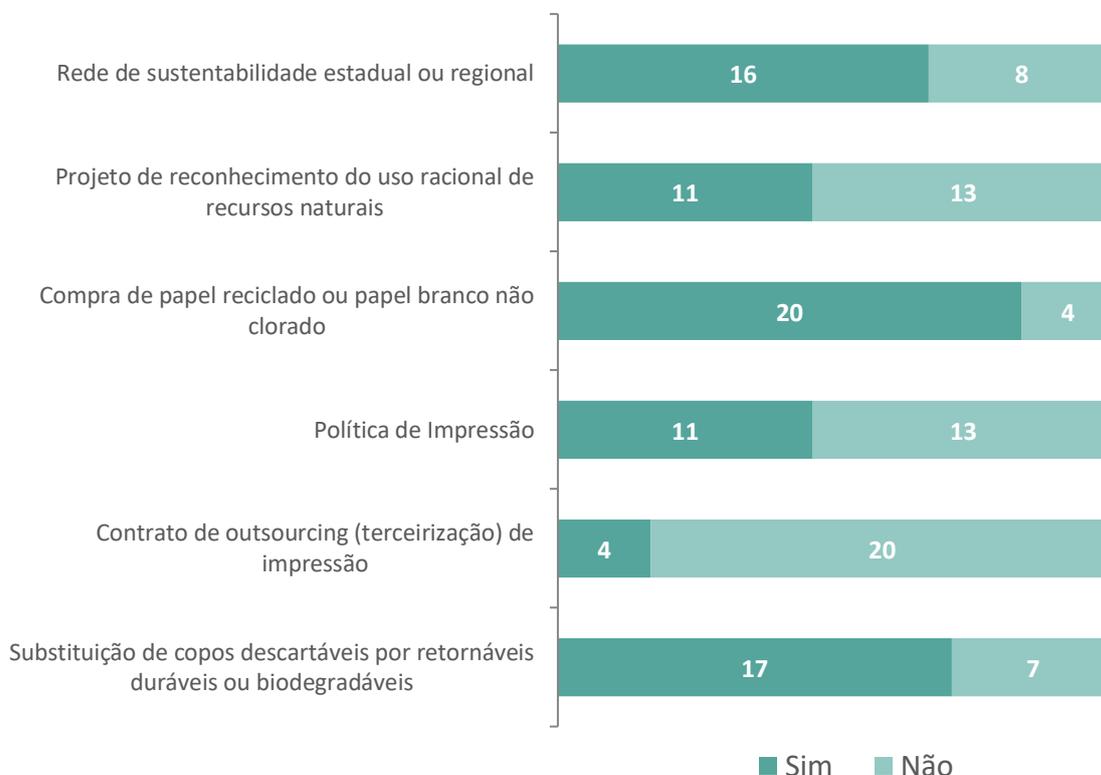
Recursos Naturais

O gráfico abaixo evidencia que 16 TRTs fazem parte de alguma rede de sustentabilidade estadual ou regional. Tais redes são formadas por diferentes órgãos e, inclusive, de diferentes poderes e esferas, visando à troca de experiências, apoio mútuo, execução de projetos em conjunto, compras compartilhadas, dentre outras ações, e têm sido de grande importância para a disseminação das práticas de sustentabilidade no poder público.

De acordo com o levantamento, 83% dos Tribunais declarou comprar papel reciclado ou branco não clorado enquanto 11 declararam possuir política de impressão e apenas 4 contrato de outsourcing (terceirização de impressão) e 11 TRTs realizam concursos, jogos, competições, selos, certificações e demais projetos que visem reconhecer o uso racional de recursos naturais pelas unidades, visando à redução no consumo de papel, energia elétrica, água, dentre outros.

A maior parte dos Tribunais (17) realizou a substituição de copos descartáveis por retornáveis duráveis ou biodegradáveis.

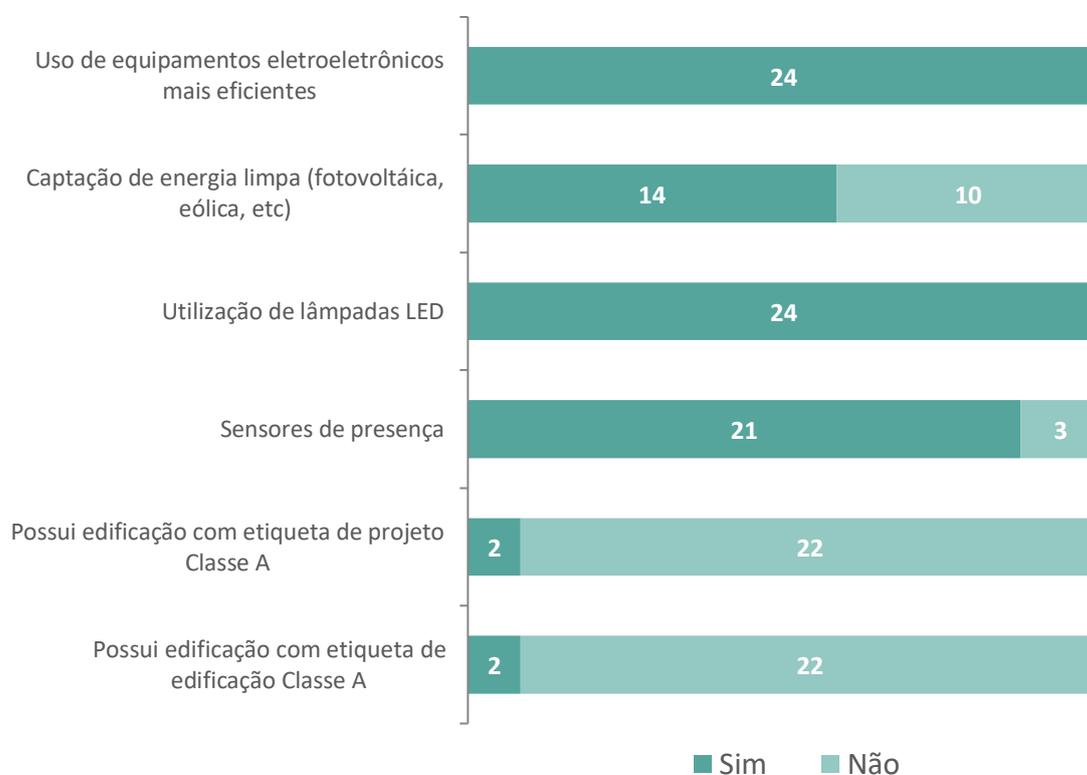
Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



Com relação à energia elétrica, temos que 100% dos Tribunais utilizam equipamentos eletroeletrônicos mais eficientes, bem como priorizam a utilização de lâmpadas LED em suas dependências. Uma alta quantidade de Tribunais (21) também declarou possuir sensores de presença.

A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) é o Selo de Conformidade que evidencia o atendimento a requisitos de desempenho de eficiência energética estabelecidos em normas e regulamentos técnicos. Em relação à etiquetagem, o gráfico retrata que 2 TRTs possuem algum projeto com ENCE Geral de Projeto classe "A", e edificação com ENCE Geral da Edificação Construída classe "A", cuja obrigatoriedade foi instituída por meio da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2014, para os projetos de edificações públicas federais novas, bem como para as obras de retrofit.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



Em relação à energia limpa, a Justiça do Trabalho já possui 14 Tribunais que contam com sistemas de captação de energia limpa fotovoltaica. Os Tribunais com captação de energia limpa fotovoltaica estão espalhados pelo país. Na região Nordeste, contam com a estrutura os TRTs da 5ª Região (BA), da 6ª Região (PE), da 7ª Região (CE), da 13ª Região (PB), da 21ª Região (RN) e o TRT da 22ª (PI). Na Região Norte, o destaque vai para o TRT da 8ª Região (PA/AP).

Na região Centro-Sul do Brasil, já possuem captação de energia solar os TRTs da 4ª Região (RS), da 9ª Região (PR) e da 15ª Região (Campinas/SP), além dos Tribunais regionais do trabalho da 18ª Região (GO), 23ª Região (MT) e da 24ª Região (MS).

O gráfico abaixo indica que a grande maioria da Justiça do Trabalho, mais de 91%, já utiliza em suas dependências dispositivos economizadores de água, tanto em torneiras, quanto em descargas, enquanto 14 TRTs possuem sistema de aproveitamento de água da chuva; porém, somente 5 Tribunais realizam o reuso da água cinza (água residual proveniente de pias, chuveiros, tanques e máquinas de lavar, exceto dos vasos sanitários).

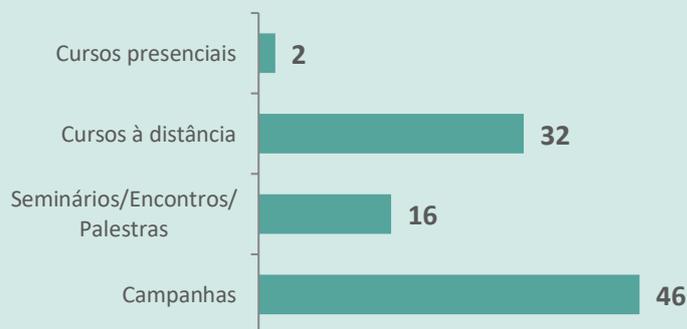
Nota-se que parte significativa dos Tribunais possuem Contrato de vigilância eletrônica à distância (17) e sistema VoIP de telefonia (17), medidas que propiciam a economia de recursos financeiros, o que consiste em um dos pilares da sustentabilidade.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Recursos Naturais”:

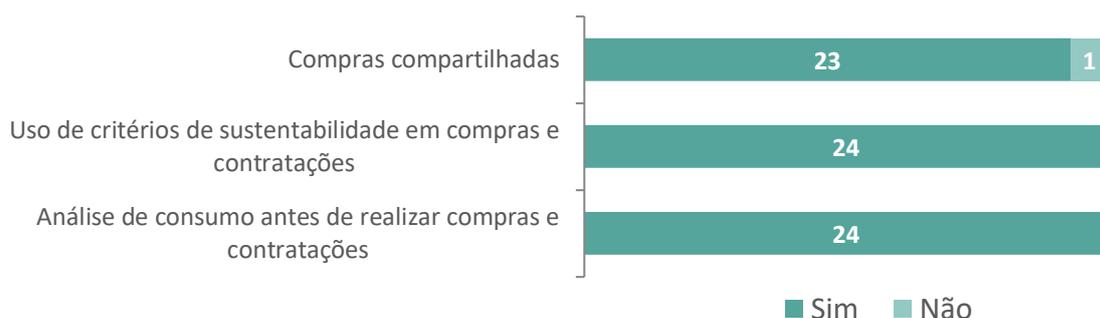
Quantidade de capacitações, campanhas e eventos no tema Recursos Naturais (2021)



Contratações Sustentáveis

Em relação às práticas de compras e contratações, todos os Tribunais declararam realizar previamente análise de consumo para contratações e utilizar critérios de sustentabilidade em compras e contratações. Já as compras compartilhadas são realizadas por mais de 95% dos Regionais.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Contratações Sustentáveis”:

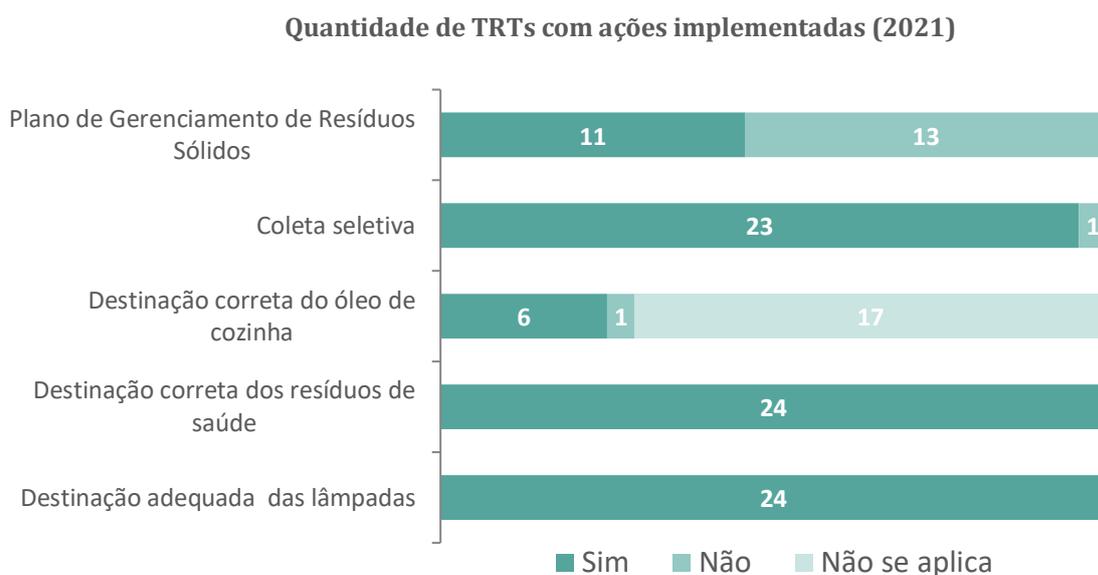
Quantidade de capacitações, campanhas e eventos no tema Contratações Sustentáveis (2021)



Gestão de Resíduos Sólidos

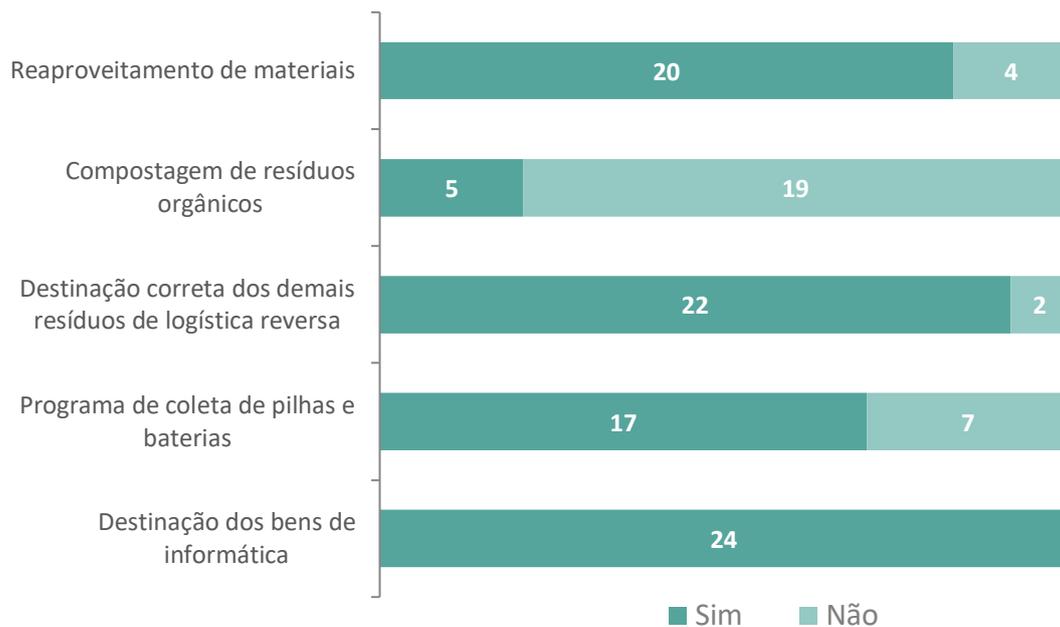
A Justiça do Trabalho no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos, conforme expressa o gráfico abaixo, apresenta 23 Tribunais com coleta seletiva, sendo que 24 TRTs destinam corretamente suas lâmpadas e resíduos de saúde.

No tocante aos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, atualmente, 11 TRTs possuem tal instrumento. Ademais, apenas 6 Tribunais destinam corretamente o óleo de cozinha.



O gráfico abaixo demonstra que 100% dos TRTs realizam a destinação sustentável dos bens de informática enquanto 91,6% destina os demais resíduos de logística reversa, como, por exemplo, as embalagens de óleo automotivo, e a maior parte possui programa de coleta de pilhas e baterias. O reaproveitamento de materiais foi citado como prática por 20 Tribunais. A compostagem é realizada como prática por 5 TRTs.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Resíduos Sólidos”:

Quantidade de capacitações, campanhas e eventos no tema Gestão de Resíduos Sólidos (2021)



Deslocamento

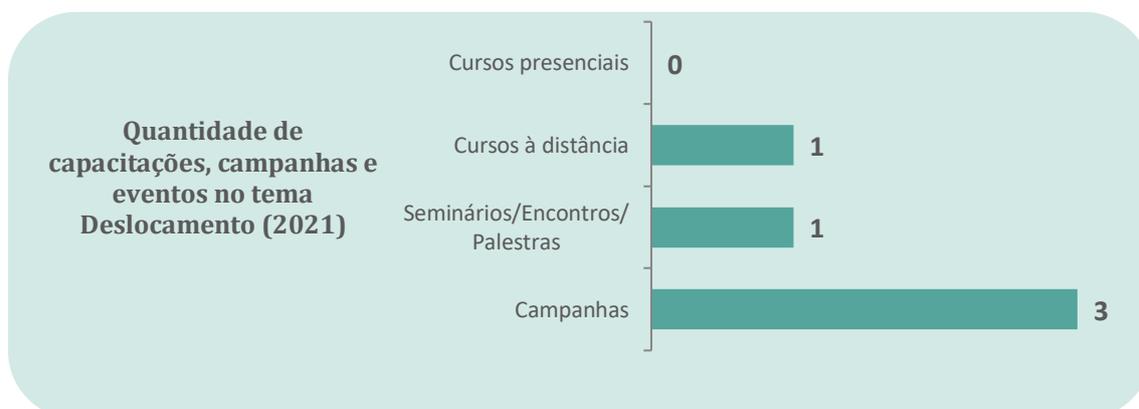
No tema deslocamento, o gráfico abaixo aponta que, dentre os 24 Tribunais, 11 declararam utilizar combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis e 11 incentivam o uso do transporte público ou meios de locomoção alternativos, como bicicleta, transporte solidário, dentre outros. Atualmente, 7 TRTs realizam a lavagem ecológica de veículos .

Ressalta-se que o serviço de agenciamento de transportes, que consiste em contrato de deslocamento na modalidade táxi, por meio de aplicação web, aplicativo mobile e central telefônica, como o Taxigov e o Mob-jus, ainda é muito incipiente na Justiça do Trabalho, sendo realizado apenas por 4 TRTs.

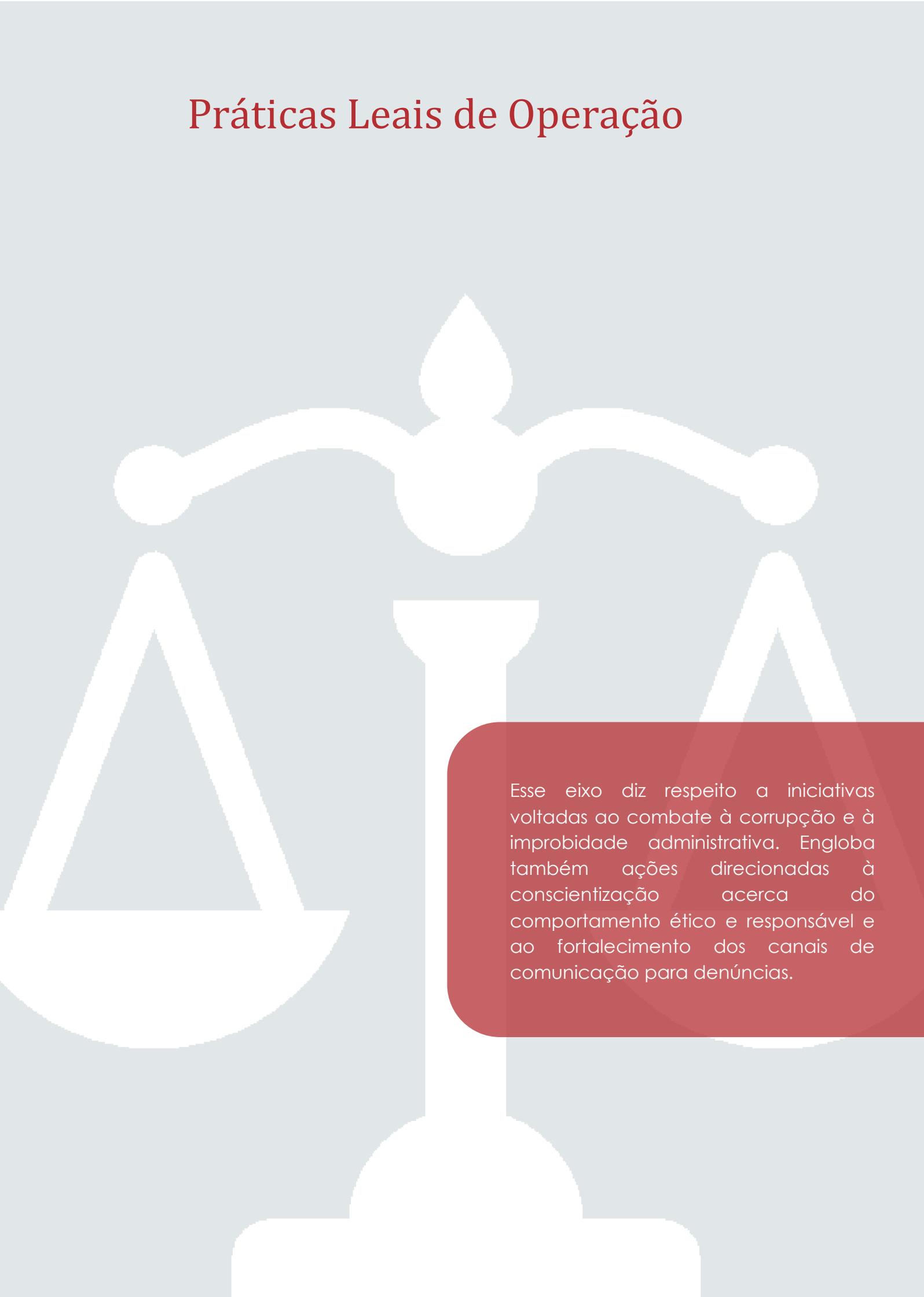
Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Deslocamento”:



Práticas Leais de Operação

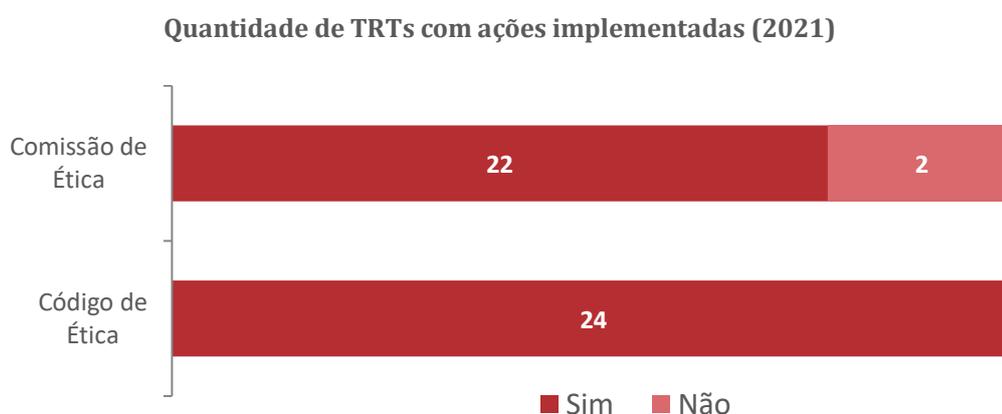


Esse eixo diz respeito a iniciativas voltadas ao combate à corrupção e à improbidade administrativa. Engloba também ações direcionadas à conscientização acerca do comportamento ético e responsável e ao fortalecimento dos canais de comunicação para denúncias.

As atividades relacionadas ao eixo Práticas Leais de Operação visam desenvolver uma conduta ética nas práticas da organização, por meio do combate à corrupção e à improbidade administrativa, da identificação de riscos, do fortalecimento dos canais de denúncia, da conscientização dos colaboradores acerca do comportamento ético e responsável, bem como da implementação de instrumentos de transparência.

Em 2021 foram desenvolvidas diversas ações no eixo Práticas Leais de Operação, como campanhas para promover a ética; aprimoramento da transparência; implantação de gestão de riscos e ações de governança (Anexo II).

O gráfico abaixo evidencia que todos os TRTs possuem Código de Ética e 22 possuem Comissões de Ética.

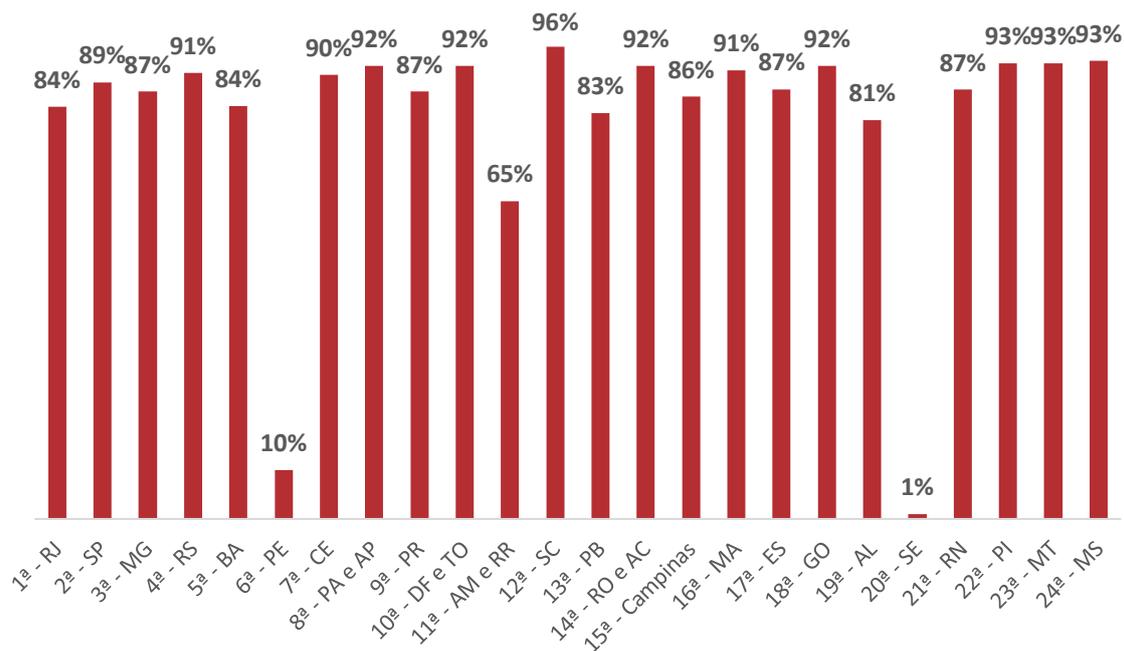


De acordo com os dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaboração do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, 21 Tribunais Regionais do Trabalho possuem nível de transparência acima de 80%.

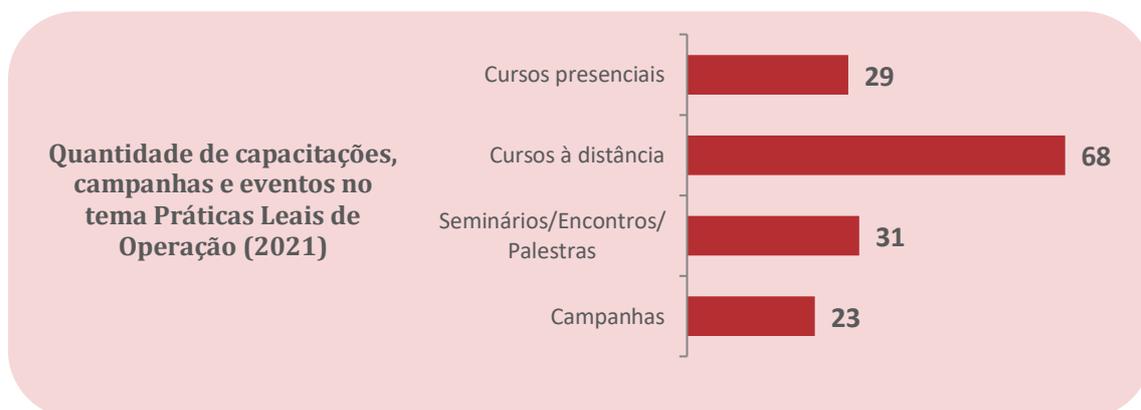
Os itens avaliados dizem respeito à transparência ativa, ou seja, informações publicadas na página eletrônica do órgão, como estrutura organizacional, serviço de informações ao cidadão, possibilidade de extração de relatórios, divulgação de dados relativos à remuneração e provento, bem como à transparência passiva, que dizem respeito à possibilidade de solicitar informações, disponibilidade de banco de dados pesquisável e visibilidade do telefone de contato, por exemplo.

O gráfico abaixo denota que os Regionais com maior nível de transparência em 2021 foram os TRTs da 12ª (SC), com 96%, seguido dos TRTs da 22ª (PI), 23ª (MT), 24ª (MS) Regiões.

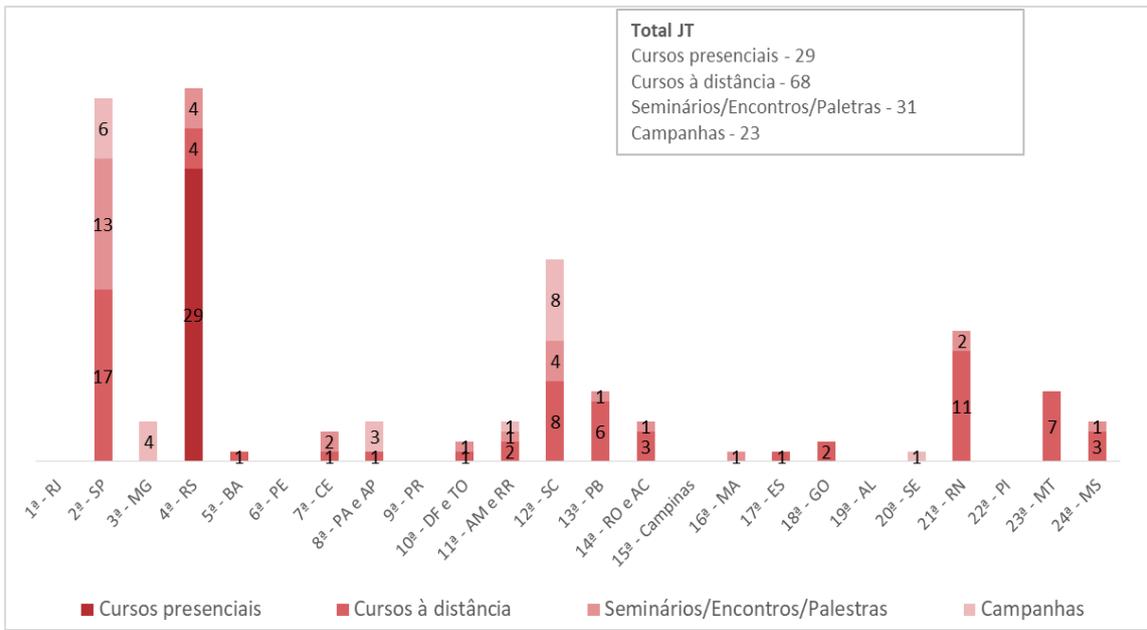
Nível de Transparência (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Práticas Leais de Operação”:



No tocante às capacitações em práticas leais de operação, destaque para os Tribunais Regionais do Rio Grande do Sul, com 29 cursos presenciais, e de São Paulo, com 17, seguido do Rio Grande do Norte, com 11 cursos presenciais, conforme gráfico abaixo.



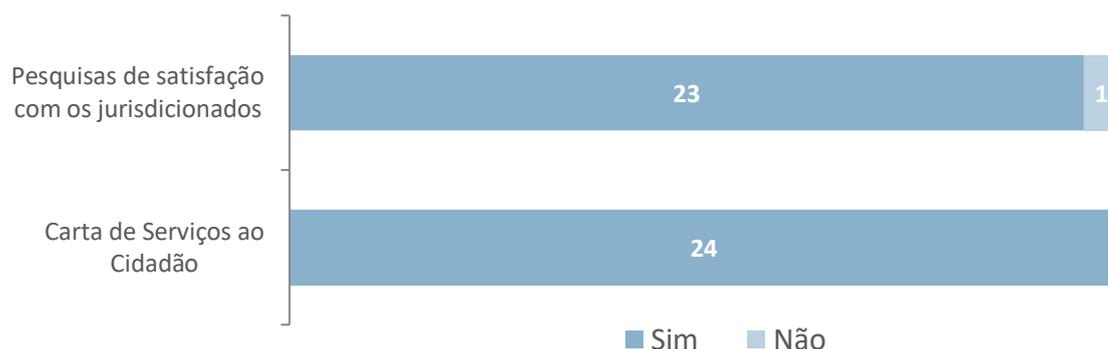
Questões Relativas ao Usuário

O eixo questões relativas ao usuário envolve a manutenção de canais de comunicação para estabelecer o diálogo com o usuário da Justiça do Trabalho, bem como iniciativas voltadas ao fortalecimento das ouvidorias e melhoria das informações e orientações fornecidas à sociedade acerca dos direitos e deveres fundamentais da relação de trabalho.

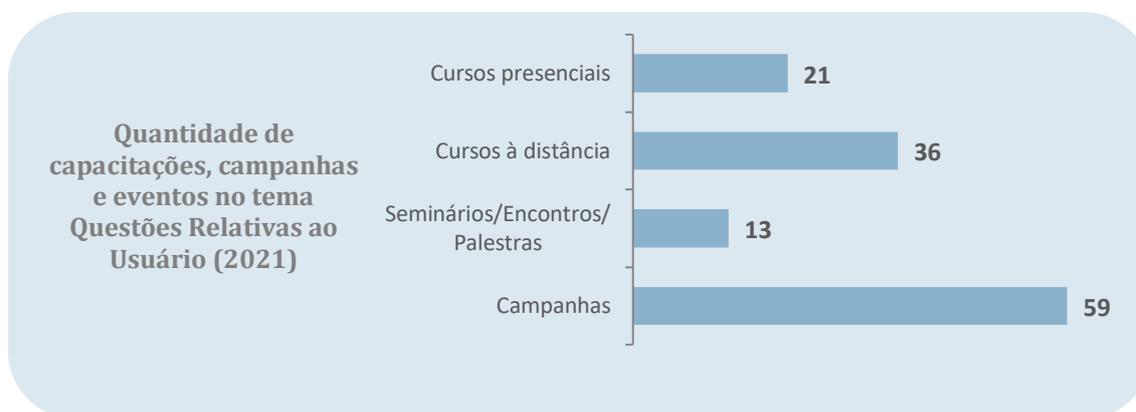
Em 2021 foram desenvolvidas diversas ações no eixo Questões Relativas ao Usuário, demonstrando o empenho da Justiça do Trabalho em ampliar e aprimorar a comunicação e o diálogo com os usuários-cidadãos, conforme consta no Anexo II, onde estão listadas as iniciativas de cada eixo realizadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

O gráfico abaixo aponta que 100% dos Tribunais Regionais do Trabalho, isto é, todos os 24 TRTs, possuem Carta de Serviços ao Cidadão. Ademais, 23 dos TRTs realizam pesquisa de satisfação com os jurisdicionados, o que demonstra uma excelente interação dos Tribunais com o público.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Questões Relativas ao Usuário”:

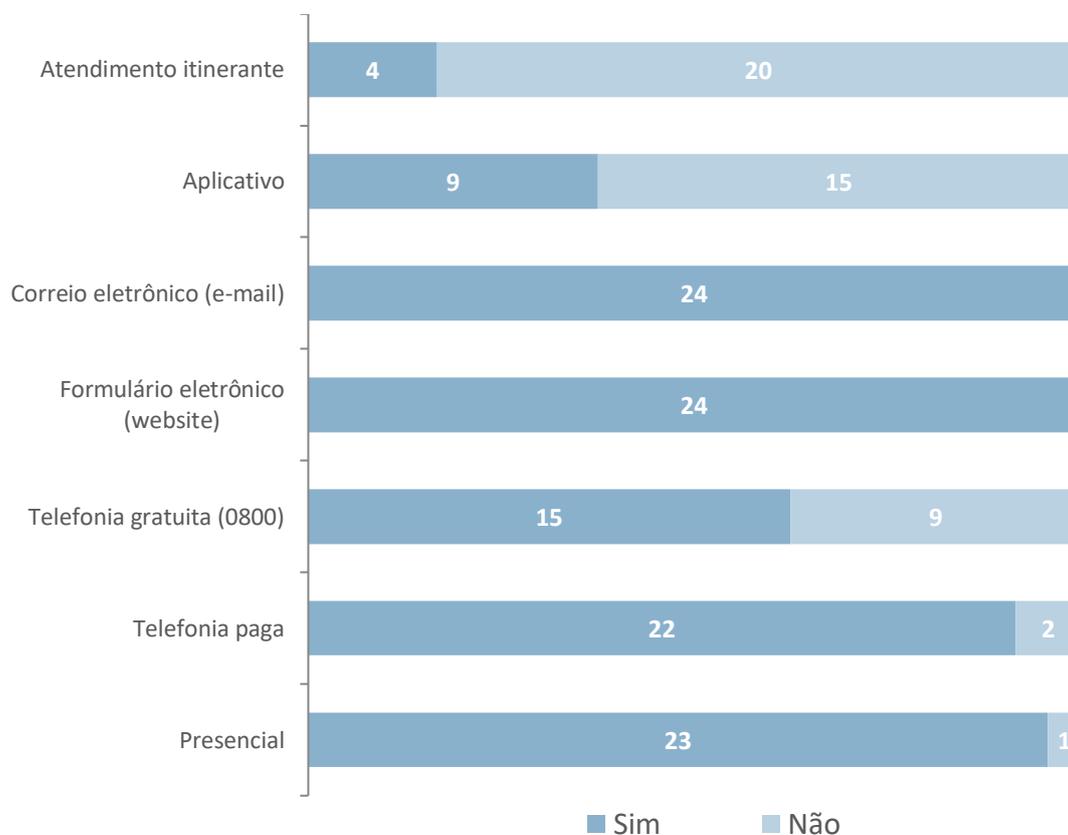


Em relação aos canais de atendimento das Ouvidorias, os meios mais utilizados pelos TRTs são o correio eletrônico (e-mail) e o formulário eletrônico (website), oferecidos por 100% da Justiça do Trabalho, isto é, todos os TRTs utilizam estas duas ações.

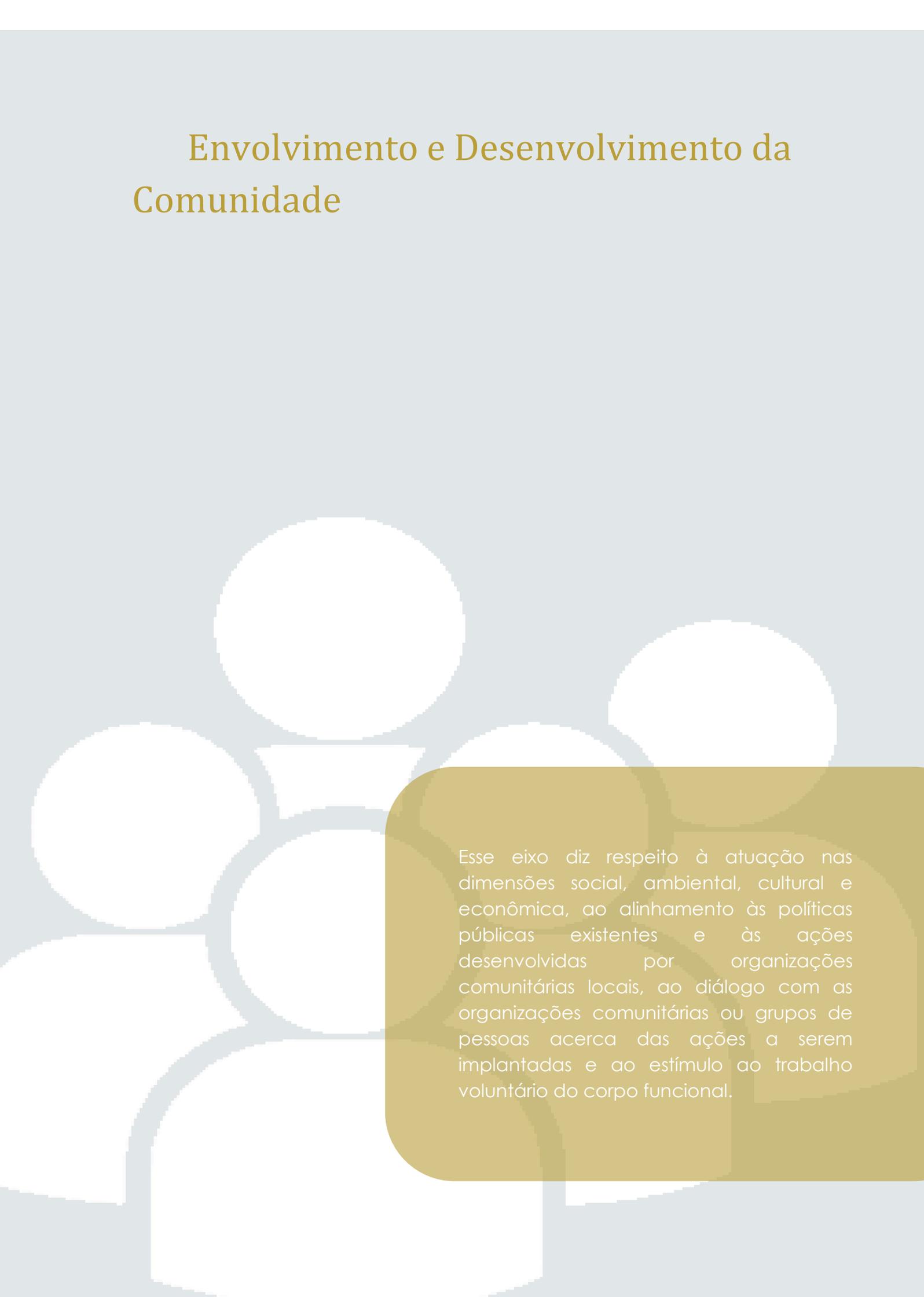
Embora a maior parte dos Tribunais ofereçam atendimento por algum tipo de telefonia, destaca-se que apenas 15 possuem canal de comunicação via telefonia gratuita (0800), sendo a maioria, 22 Tribunais, com utilização de telefonia paga. Outro meio de comunicação bastante utilizado pelos Tribunais, 23 deles, é o atendimento presencial.

Apenas 4 TRTs realizam atendimentos itinerantes, enquanto 9 fazem uso de aplicativos para registro de manifestações para a Ouvidoria, sendo estes os dois meios menos utilizados na Justiça do Trabalho.

Quantidade de TRTs com ações implementadas (2021)



Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade



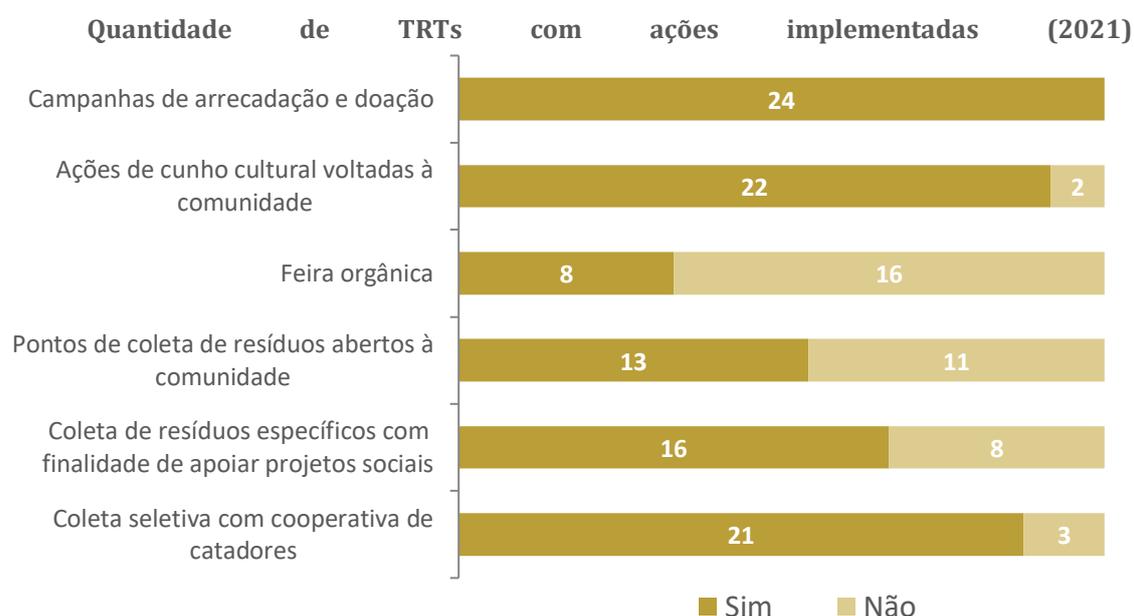
Esse eixo diz respeito à atuação nas dimensões social, ambiental, cultural e econômica, ao alinhamento às políticas públicas existentes e às ações desenvolvidas por organizações comunitárias locais, ao diálogo com as organizações comunitárias ou grupos de pessoas acerca das ações a serem implantadas e ao estímulo ao trabalho voluntário do corpo funcional.

Em 2021, a Justiça do Trabalho desenvolveu diversas ações voltadas ao desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental das comunidades, conforme expressam os dados apresentados abaixo e as iniciativas descritas no Anexo II.

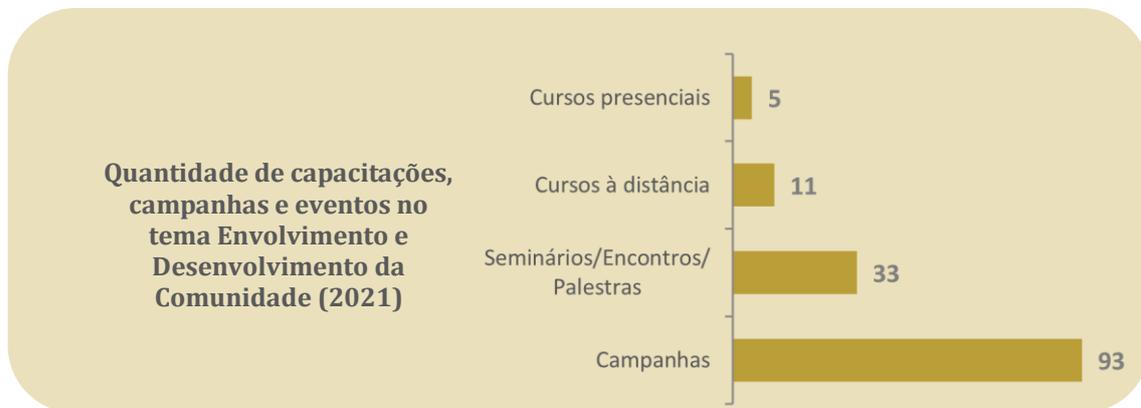
Em 2021, 100% dos Tribunais Regionais do Trabalho realizaram campanhas voltadas a projetos sociais ou comunidades visando à arrecadação e doação de itens como alimentos, brinquedos, material escolar, roupas, materiais de higiene e remédios. Um número expressivo de TRTs (21) declarou realizar coleta seletiva com associações ou cooperativas de catadores, visando fomentar a geração de renda para as famílias associadas. Outra ação com grande adesão por parte dos Tribunais (22) foi a realização de ações de cunho cultural voltadas à comunidade, como sessões de cinema, incentivo à leitura, exposição de artistas locais, oferta de iniciação musical, dentre outras.

Nota-se que 16 TRTs realizaram campanhas para coleta de resíduos específicos para apoiar projetos sociais, como, por exemplo, a coleta de meias usadas para confecção de cobertores, de lacres de latas de alumínio para compras de cadeiras de rodas, de garrafas PET para confecção de vassouras e óleo de cozinha para fabricação de sabão, visando à geração de renda para as associações beneficiadas.

Por fim, temos que mais da metade dos TRTs (13) possui pontos de coleta de resíduos como pilhas, baterias, resíduos eletrônicos, dentre outros, abertos à comunidade, enquanto 8 Tribunais promovem feiras orgânicas em suas dependências.



O gráfico abaixo informa as capacitações realizadas no tema “Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade (2021):



ANEXO I

Direitos Humanos

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																			
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4					
Comissão de Igualdade Racial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Política de Igualdade Racial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Práticas de inclusão racial nas contratações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comissão de Igualdade de Gênero	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Política de Igualdade de Gênero	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Práticas de inclusão de gênero nas contratações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comissão de Acessibilidade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sítio eletrônico acessível	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Software leitor de telas para deficientes visuais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Software tradutor de textos do português para Libras	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Práticas de inclusão de pessoas com deficiência nas contratações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contratação de jovens aprendizes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Afastamento da contratação de empresas que exploram trabalho escravo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contratação de reeducandos ou egressos do sistema prisional	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Legenda



Sim



Não

Práticas Internas de Trabalho

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)															
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	
Exames periódicos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Ginástica laboral	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Campanhas de vacinação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Programa de prevenção e acompanhamento de doenças	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Programa de emagrecimento saudável	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Programas voltados à saúde mental e combate ao estresse	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Avaliação e orientação ergonômica nos postos de trabalho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Mapeamento ou dicionário de competências	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Banco de talentos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Programa de desenvolvimento de líderes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Reconhecimento de boas práticas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Pesquisa de clima organizacional	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Práticas de gestão de conflitos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Teletrabalho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Atividades culturais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Programa de preparação para a aposentadoria	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Ações de prevenção e combate ao assédio moral	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Espaço para relaxamento ou prática de meditação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	

Legenda



Sim



Não

Meio Ambiente

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																							
										0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
Rede de sustentabilidade estadual ou regional																								
Projeto de reconhecimento do uso racional de recursos naturais																								
Uso de equipamentos eletroeletrônicos mais eficientes																								
Captação de energia limpa (fotovoltaica, eólica, etc)																								
Compra de papel reciclado ou papel branco não clorado																								
Política de Impressão																								
Contrato de outsourcing de impressão																								
Substituição de copos descartáveis por retornáveis duráveis ou biodegradáveis																								
Contrato de vigilância eletrônica à distância																								
Sistema VoIP de telefonia																								
Utilização de lâmpadas LED																								
Sensores de presença																								
Possui edificação com etiqueta de projeto Classe A																								
Possui edificação com etiqueta de edificação Classe A																								
Sistema de reaproveitamento de água da chuva																								
Sistema de reuso de água cinza																								

Meio Ambiente

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																								
											0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim											
Coleta seletiva	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Destinação correta do óleo de cozinha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Destinação correta dos resíduos de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Destinação adequada das lâmpadas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Destinação dos bens de informática	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Programa de coleta de pilhas e baterias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Compostagem de resíduos orgânicos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Reaproveitamento de materiais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Destinação correta dos demais resíduos de logística reversa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Utilização de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Lavagem ecológica de veículos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Incentivo ao uso do transporte público ou meios de locomoção alternativos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Contrato de serviço de agenciamento de transporte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Legenda



Sim



Não



Não se aplica

Práticas Leais de Operação

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																						
									0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
Ética	Código de																						
Ética	Comissão de																						

Legenda  Sim  Não

Questões Relativas ao Usuário

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																								
											0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
Carta de Serviços ao Cidadão																									
Pesquisas de satisfação com os jurisdicionados																									
a n a i s d e C o m u n i c a ç ã o	Presenci																								
	Telefoni																								
	a paga																								
	Telefoni																								
	a gratuita (0800)																								
	Formulá																								
	rio eletrônico (website)																								
	Correio eletrônico (e-mail)																								
Aplicativ																									
o																									
Atendim																									
ento itinerante																									

Legenda



Sim



Não

Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade

Item	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)																								
											0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4
Coleta seletiva com cooperativa de catadores																									
Coleta de resíduos específicos com finalidade de apoiar projetos sociais																									
Pontos de coleta de resíduos abertos à comunidade																									
Feira orgânica																									
Ações de cunho cultural voltadas à comunidade																									

Campanhas
de arrecadação e
doação



Legenda



Sim



Não

ANEXO II

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Direitos Humanos (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Equidade	Curso "Políticas de ações afirmativas e as influências no espaço de trabalho" para os/as servidores/as membros da Comissão de Heteroidentificação do TRT6, capacitando-os a atuar na banca de seleção de candidato/a ao estágio no TRT6.	6º (PE)
	Política de incentivo à participação feminina: sugestão de ações de divulgação e conscientização a fim de manter ou restabelecer o equilíbrio já existente entre as funções comissionadas e cargos de confiança ocupados por homens e mulheres.	12º (SC)
	Divulgação do Canal Mulher no portal do Tribunal.	15º (Campinas)
	Estudo sobre a igualdade de gênero, quanto à ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas.	17ª (ES)
Acessibilidade	Projeto de inclusão laboral de pessoas com deficiência intelectual e/ou com transtorno do espectro do autismo, na condição de aprendizes (emprego apoiado).	2ª (SP)
	Inclusão de banheiro para pessoa com deficiência (PCD) nas edificações de Manaus e Varas de Parintins, Manacapuru, Itacoatiara e Presidente Figueiredo.	11ª (AM/RR)
	Cartilha Acessibilidade e Inclusão: caminho para uma sociedade justa e solidária - EM BRAILLE.	23ª (MT)
Trabalho Digno	Campanha contra o Trabalho Infantil e pelo Trabalho Seguro no Carnaval: doação de 880 camisas e 550 máscaras faciais à Associação Beneficente São Martinho, em Vilas Kosmos (Zona Norte do Rio de Janeiro), entidade sem fins lucrativos voltada à defesa dos direitos de crianças e adolescentes.	1ª (RJ)
	Projeto de Quadro de Metas: iniciativa que derivou da necessidade de aperfeiçoamento nos procedimentos internos de medição de resultados, com foco no desempenho dos servidores em um momento em que os fatores emocional e comportamental foram impactados em decorrência da pandemia.	3ª (MG)
	Ação de Conscientização na Comunidade Lomba do Pinheiro, com lançamento do hino "Lugar de Criança é na Infância".	4ª (RS)
	Programa Fada Madrinha: Realização de quatro oficinas preparatórias para o mercado de trabalho direcionadas para os estagiários de nível médio que estavam no último ano de estágio.	7ª (CE)
	Projetos de combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, como por exemplo Campanha "Têm crianças precisando de nós"; Projeto "Mãe é alimento"; Oficina de violão - Projeto "Acorde sem trabalho infantil"; e muitos outros.	8ª (PB)
	Webinário "Proteger quem educa é valorizar o futuro": Iniciativa de prevenção de acidentes de trabalho e combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, realizada por meio de Webinários, em 2020 e 2021.	10ª (DF/TO)
	Projeto TRT Cantos e Encantos - Série Música pela Infância: Vídeos para redes sociais com o objetivo de propor uma reflexão sobre o tema a partir da música.	16ª (MA)
	Campanha "Precisamos agir agora para acabar com o trabalho infantil!": promover, por meio de ações de comunicação nas redes sociais, a conscientização da sociedade para a importância de reforçar o combate a esse problema no país e no mundo.	19ª (AL)
	Realização de palestras online abertas ao público em geral através do Youtube, tratando de temas importantes nas dimensões saúde, educação e trabalho.	21ª (RN)
Projeto "Como você está?": Trata-se de um grupo terapêutico virtual que objetivava amenizar os impactos psicológicos e sociais e promover saúde mental e qualidade de vida.	24ª (MS)	

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Práticas Internas de Trabalho (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Saúde Ocupacional	Projeto de promoção de saúde a distância: desenvolvimento de ações à distância utilizando plataforma digital, abrangendo atividades de ginástica laboral, meditação, rodas de conversas e lives sobre temas relacionados à saúde e qualidade de vida no trabalho.	1ª (RJ)
	Sessões de Ginástica Laboral transmitidas pelas mídias sociais do TRT2.	2ª (SP)
	Curso “Inteligência Emocional para lidar com a pressão no trabalho”: A iniciativa surgiu da necessidade identificada na pesquisa de clima organizacional realizada entre 2017 e 2018 — em que se descobriu que a pressão no trabalho é a maior queixa dos servidores/as da casa — e do agravamento dos problemas emocionais decorrentes da pandemia.	6ª (PE)
	Projeto Suporte de Saúde às Pessoas do TRT7 diagnosticadas com a Covid-19, com suporte de saúde mínimo (médico e psicossocial) às pessoas que positivamente para o vírus, com o objetivo de contribuir com o cuidado e a preservação da saúde do público do TRT7 acometido pela Covid-19.	7ª (CE)
	Programas de ação contínuos e anuais do TRT8 Saúde. Fazendo parte da rotina da Coordenadoria.	8ª (PA/AP)
	Grupo de Atenção à Hipertensão Arterial – Harmonia, constitui-se num espaço de acolhimento, orientação, troca de experiências e compartilhamento de vivências sobre o universo da Hipertensão Arterial, voltado ao público interno deste Egrégio Tribunal.	10ª (DF/TO)
	Seminários e palestras com a finalidade de dar ampla conscientização, difusão e reflexões acerca de saúde mental e relacionamentos psicossociais durante a pandemia tanto no âmbito familiar e profissional.	11ª (AM/RR)
	“Programa de Saúde Mental e Bem-Estar Psicossocial” - Atendimento de acolhimento, escuta e orientação psicológica e social a pessoas da comunidade organizacional do TRT12 em situações de mal-estar subjetivo. Também tiveram palestras e divulgação de material informativo de orientação e cuidados em Saúde Mental.	12ª (SC)
	Campanha de vacinação contra a gripe H1N1, realizada na modalidade de "drive-thru", no estacionamento da Casa Verde, pelo Setor de Saúde do Tribunal. Foram aplicadas 340 doses do imunizante.	19ª (AL)
	Semana da Saúde e homenagem alusiva ao dia do Servidor, com realização de webinários que trataram de informações úteis nos temas: prevenção ao câncer de mama, vacinação e saúde coletiva, saúde mental e desafios do teletrabalho, trabalho remoto e retorno às atividades presenciais e estilo de vida e saúde.	21ª (RN)
Ginástica laboral, com encontros online de 20 minutos, conduzidos pela fisioterapeuta do Tribunal. Os encontros são gravados e disponibilizados na rede de comunicação interna, possibilitando o acesso em outros dias e horários.	23ª (MT)	

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Desenvolvimento de Pessoas	24º Encontro Anual de Gestores do TRT4: Desafios e Possibilidades, evento realizado há 24 anos, fundamental para a capacitação e a integração de gestores e gestoras das diferentes áreas administrativas e judiciárias do TRT4, além de colaborar com a aproximação da Administração do Tribunal com os servidores e as servidoras, proporcionando a melhoria na prestação jurisdicional.	4ª (RS)
Qualidade de Vida no Trabalho	Programa “Servidor Acolhedor”: servidores antigos recebem, acolhem e “apadrinham” os servidores recém-empossados prezando pela integração daqueles que chegam não somente ao TRT2 mas também na cidade e estado de São Paulo.	2ª (SP)
	Projeto Rodas de Conversa, que tem como objetivo oferecer espaços de reflexão sobre diferentes temas de interesse pessoal e coletivo, proporcionando estímulos para conversas sobre situações cotidianas e experiências de vida que afetam e desafiam a todos.	2ª (SP)
	Consultoria Interna em Desenvolvimento de Pessoas, com atendimento a unidades, sob demanda do gestor, em temas relacionados à Saúde e ao Desenvolvimento de Pessoas.	3ª (MG)
	Webinário “Mudanças no Ambiente de Trabalho e Saúde Mental”: presta-se a discutir os impactos das transformações organizacionais sobre a saúde mental dos atores envolvidos, a depender da forma como se processam essas transformações.	9ª (PR)
	Disponibilização do formulário no portal do Tribunal, na página eletrônica criada especificamente para a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do TRT15.	15ª (Campinas)
	Planejando uma Aposentadoria Saudável, programa com o objetivo de apresentar condições e meios para se ter uma boa aposentadoria e saber desfrutá-la.	16ª (MA)
	Manutenção do Programa de Assistência à Mãe Nutriz no TRT da 17ª Região, onde tem o objetivo de incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o período de amamentação e oferecer oportunidade e estímulo para o pleno desenvolvimento socioafetivo da criança.	17ª (ES)
Concurso cultural “Quando o Home Vira Office” para premiar relatos em texto e vídeo sobre o período excepcional de trabalho remoto vivenciado durante a pandemia. O projeto acabou progredindo para a publicação de um livro, registrado na Biblioteca Nacional, com 55 textos de magistrados e servidores.	18ª (GO)	
Confraria dos Beletristas: Saraus literários mensais com exposição de uma obra.	24ª (MS)	

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Meio Ambiente (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Meio Ambiente	Curso "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" na modalidade EAD (ensino à distância) de 20 horas-aula.	2ª (SP)
	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de capacitação para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental (CPGA), sobre a Implantação da Resolução CNJ 347/2020 e A Governança das Contratações do Poder Judiciário; - Ciclo de reuniões para aplicação do Plano de Logística Sustentável 2021-2026; - Debate no Youtube sobre o futuro da Agenda 2030 e o Judiciário Brasileiro - Conversa com especialistas em yoga e meditação, sem deixar de falar sobre a questão dos resíduos sólidos. 	8ª (PA/AP)
Recursos Naturais	Campanha "Seu Papel é Fundamental", que consiste na distribuição de caixas coletoras de papel no Regional com a finalidade que as unidades depositem nessas caixas folhas de papel usadas e que seriam descartadas (com uma das faces em branco), com o propósito de que sejam reaproveitadas para confecção de blocos de anotação.	1ª (RJ)
	Instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica em edificações ocupadas por unidades judiciárias deste TRT.	4ª (RS)
	Instalação de Usina Fotovoltaica no Fórum Trabalhista do Cariri.	7ª (CE)
	Construção atendendo aos critérios necessários para obtenção da etiqueta ENCE geral A, visando maximizar a eficiência energética das edificações públicas.	12ª (SC)
	Redução do consumo de copos descartáveis, porta crachás, canetas e blocos de anotações durante os cursos presenciais promovidos pela Escola Judicial do TRT-15.	15ª (Campinas)
	Live em comemoração a Semana do Meio Ambiente do Judiciário do RN.	21ª (RN)
Gestão de Resíduos Sólidos	Habilitação de cooperativas de catadores(as), para a realização de coletas de resíduos recicláveis nas unidades do TRT6 da Capital e Região Metropolitana, auxiliando na melhora na qualidade de vida dos catadores(as) com o aumento da renda.	6ª (PE)
	Projeto Biguá: iniciativa da CAESB que consiste na coleta de óleos residuais de fritura, evitando seu descarte incorreto na pia, no vaso sanitário ou no solo.	10ª (DF/TO)
	Projeto Papa-pilhas: Campanha e coleta de 44.510 quilos de pilhas e baterias inservíveis, descartados pelo público interno e externo do TRT11.	11ª (AM/RR)
	Coleta de Medicamentos vencidos que são entregues para descarte adequado à empresa farmacêutica.	19ª (AL)
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: documento técnico que identifica os tipos de resíduos gerados em uma empresa ou órgão público.	23ª (MT)
Contratações Sustentáveis	Painel "Contratações Públicas Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável": propiciar a reflexão e estudo da temática sobre "Contratações Públicas Sustentáveis" e suas inserções e vinculações com todas as dimensões da Sustentabilidade.	9ª (PR)
	Fornecimento de Materiais de Limpeza Biodegradáveis; todas as contratações incluem item específico de sustentabilidade, baseado no Guia de Licitações Sustentáveis do CSJT.	17ª (ES)
	Os processos de contratações e aquisições passaram a ser submetidos à unidade de sustentabilidade para análise quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade definidos na legislação e no Guia de Contratações Sustentáveis da JT	24ª (MS)

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Práticas Leais de Operação (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Práticas Leais de Operação	O Convênio TRT4 nº 69/2020 possibilitou o acesso às certidões digitais por meio da plataforma da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais – CRC, instituído pelo Provimento nº 46 do Conselho Nacional de Justiça.	4ª (RS)
	Utilização de formulário para pesquisa de satisfação com o atendimento da Ouvidoria.	10ª (DF/TO)
	Inserção do tema “Sustentabilidade” nas Atas de Correição Ordinária.	23ª (MT)
Ética	O Plano de Integridade contém de forma sistemática um conjunto relevante de informações sobre integridade e medidas que devem ser implementadas ao longo do tempo, com a finalidade de prevenir e identificar as ocorrências de violações de integridade no âmbito do Tribunal, bem como de atenuar seus impactos.	2ª (SP)
	Campanha “Prevenção e Combate ao Assédio Moral”, consistente em divulgações de matérias nos canais institucionais e de cards, vídeos e podcasts nas redes sociais do TRT-PE, para conscientizar a sociedade sobre o tema.	6ª (PE)
	Semana de Combate ao Assédio Moral, que contou com palestras, disponibilização da Cartilha e podcast.	7ª (CE)
	Atualização do código de ética.	8ª (PA/AP)
	Campanha Servidor Legal, em que houve a divulgação do Código de Ética por meio de postagens disponibilizadas na intranet e enviadas por e-mail e lista de transmissão do Whatsapp.	11ª (AM/RR)
Campanha “Ética para todos”, com o objetivo de Divulgar o Código de Ética do TRT da 12ª Região.	12ª (SC)	
Transparência	Criação do portal transparência e prestação de contas.	8ª (PA/AP)
	Melhoria do Índice da Transparência.	16ª (MA)
	Reunião com os gestores no intuito do TRT20 atingir o máximo da eficiência quanto a transparência do Judiciário Federal.	20ª (SE)
Gestão de riscos	Levantamento preliminar de riscos decorrentes da pandemia, e possíveis medidas mitigadoras, realizado pela Secretaria de Auditoria Interna (à época Secretaria de Controle Interno) e encampado pela Presidência do Tribunal.	1ª (RJ)
Combate à corrupção e improbidade administrativa	Elaboração do Programa de Integridade do TRT8.	8ª (PA/AP)
	Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC.	24ª (MS)

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Questões Relativas ao Usuário (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Questões Relativas ao Usuário	Participação na I Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos.	9ª (PR)
	Campanha, com apoio do Setor de Comunicação, através de banner eletrônico e card nas redes sociais do TRT, divulgando os canais disponíveis para atendimento da Ouvidoria.	16ª (MA)
	Reformulação da página internet da Ouvidoria.	17ª (ES)
	Inauguração da Rádio TRT FM 104,3. A emissora traz diariamente as principais notícias do Judiciário, explicações sobre direitos e deveres e, claro, uma programação musical recheada de sucessos nacionais e internacionais.	23ª (MT)
Comunicação com a sociedade	Projeto Ouvidorias Presentes, que tem por objetivo levar para o cidadão/jurisdicionado o conhecimento sobre o papel da Ouvidoria.	6ª (PE)
	Publicação diária de Posts nas Redes Sociais do TRT7/CE, seguindo o Cronograma planejado para Campanhas específicas ou Divulgação de Pautas Institucionais e Jurídicas.	7ª (CE)
	Disponibilização do número (84) 4006-3100 da Ouvidoria para utilização via aplicativo WhatsApp Business.	21ª (RN)
Fortalecimento e/ou aperfeiçoamento da Ouvidoria	Contatos com as Unidades do Tribunal e com o usuário: uso do telefone, Balcão Virtual e aplicativo Whatsapp.	4ª (RS)
	Uso do aplicativo Whatsapp para ampliar e facilitar o acesso à Ouvidoria do TRT10.	10ª (DF/TO)
	Foi instituída a Ouvidoria como órgão autônomo, desvinculando-a da Corregedoria, para fortalecimento e/ou aperfeiçoamento do setor.	11ª (AM/RR)
	Instalação da Ouvidoria no andar térreo da sede do TRT.	12ª (SC)

Iniciativas realizadas pelos TRTs no tema Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade (2021)

Tema	Iniciativa	Região Judiciária
Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade	Convênio com associações e cooperativas de reciclagem formadas por pessoas de baixa renda com o objetivo de desviar do aterro sanitário todos os resíduos recicláveis produzidos pelo TRT4 e fomentar a inclusão social de catadores.	4ª (RS)
	Habilitação de cooperativas de catadores(as).	6ª (PE)
	Reuniões, campanhas, arrecadações e oficinas sobre o Combate ao Trabalho Infantil.	8ª (PA/AP)
	Divulgações de ações realizadas na Sustenta Paraná, com o objetivo de promover a aproximação interinstitucional, oportunizar o diálogo sobre temáticas atuais e importantes e disseminar boas práticas entre as instituições.	9ª (PR)
	Projeto Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis.	11ª (AM/RR)
	Incentivo do trabalho voluntário, promover a inclusão, integração, empoderamento e capacitação dos funcionários terceirizados da sede do órgão, composto majoritariamente por mulheres.	24ª (MS)
Campanhas de arrecadação e doação	Campanha de Volta às Aulas, com a mobilização de Servidores, Magistrados e população em geral para colaborar com doação de material escolar que possa ser útil a estudantes carentes.	1ª (RJ)
	Campanha Institucional para arrecadação de cestas básicas para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis parceiras do TRT2.	2ª (SP)
	Arrecadação de Cestas Básicas para Doação às Associações de Catadores de Materiais Reciclados e a outras Instituições Filantrópicas e de Apoio Social.	7ª (CE)
	Arrecadar recursos e doativos para combater a pobreza menstrual. Uma parceria entre o Tribunal, Amatra12 e Sintrajusc.	12ª (SC)
	Alunos de graduação da Universidade Estadual de Campinas receberão 250 monitores e 250 microcomputadores doados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.	15ª (Campinas)
	Arrecadação de cestas natalinas para distribuição entre os menores aprendizes do TRT17.	17ª (ES)
	Campanha para arrecadação e doação de alimentos para as comunidades carentes do entorno do TRT19.	19ª (AL)
Campanha para angariar doações em apoio às entidades que atuaram no Pantanal em 2021 em razão dos inúmeros focos de incêndios ocorridos e dos impactos negativos.	23ª (MT)	
Projetos Culturais	Exposição "No Olho da Rua", consistente na mostra de painéis ao ar livre contendo registros fotográficos feitos por pessoas em situação de rua e mulheres detentas assistidas pelo projeto de empregabilidade "Mais Um Sem Dor".	18ª (GO)
Coleta de materiais específicos para projetos sociais	Solidariedade literária (Campanha de arrecadação e doação de livros literários).	3ª (MG)
	Campanha de arrecadação de lacres, provenientes de latinhas de alumínio, cujo recurso da arrecadação da venda será revertido em cadeira de rodas sob medida para crianças/adolescentes, com deficiência física (de 5 a 14 anos incompletos de idade), matriculadas em escolas regulares e com controle de tronco.	10ª (DF/TO)

Arrecadação de lacres de latinhas de alumínio entregues pela comunidade e pelos trabalhadores do TRT 16ª Região.

16ª (MA)